

Revista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PARLAMENTO PAULISTA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

Parceiros do Legislativo paulista

Câmaras de comércio internacional

Associações médicas e de engenharia

**Conselhos profissionais e
organizações sindicais**

**Entidades representativas
da indústria e do comércio**

Instituições promotoras da cidadania

Órgãos públicos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



Deputado Rodrigo Garcia
[PFL]
Presidente



Deputado Fausto Figueira
[PT]
Primeiro-secretário



Deputado Geraldo Vinholi
[PDT]
Segundo-secretário



Deputado Jorge Caruso
[PMDB]
Primeiro-vice-presidente



Deputado Valdomiro Lopes
[PSB]
Segundo-vice-presidente



Deputado Ricardo Castilho
[PV]
Terceiro-secretário



Deputado Adilson Barroso
[PSC]
Quarto-secretário

Mediando expectativas

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, através do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), firmou em 2005 e 2006 cerca de 50 novas parcerias com instituições não governamentais. A importância de o Parlamento buscar esse tipo de relacionamento deve-se ao fato de que faz parte de seu papel mediar as expectativas da população, o que só se torna viável com a participação da sociedade civil organizada. Sem ela, seria quase impossível que os 94 deputados desta Casa conseguissem representar os anseios dos cerca de 40 milhões de habitantes do Estado.



Presidente Rodrigo Garcia

Essas parcerias vêm sendo formalizadas por meio de protocolos de intenções. O mérito desta Mesa foi tornar a assinatura desses protocolos uma de suas ações prioritárias. Destaca-se entre os objetivos dos protocolos de intenções buscar a transparência, pois, por meio deles, os interesses de setores da sociedade são levados abertamente ao Parlamento, à vista de todos, e não discutidos entre quatro paredes. O Brasil carece de institucionalidade. É preciso fazer com que o poder público despersionalize suas ações e se torne mais eficiente e moderno. Com as parcerias, a sociedade não mais vai depender da boa vontade ou da disponibilidade deste ou daquele parlamentar.

Outro objetivo dos protocolos de intenções é aproximar mais o Legislativo dos cidadãos, o que, além de aumentar as possibilidades de atendimento de reivindicações, fará com que a sociedade se torne mais bem informada sobre as atividades parlamentares, inclusive as

próprias instituições parceiras. Nesse sentido, foi implantada pela Assembléia uma ferramenta de informática que permite comunicar a cada entidade, por e-mail, a tramitação, passo a passo, dos projetos de seu interesse. Trata-se do Módulo de Notificações do Sistema do Processo Legislativo (SPL). O SPL é o sistema que fornece, entre outras, informações sobre o andamento de um projeto de lei ou ainda a atuação de cada um dos deputados da Casa. Ele pode ser acessado no portal da Assembléia na internet, dentro de um conceito novo, o E-Legislativo, baseado em três vertentes: transparência, interatividade e cidadania. O aperfeiçoamento desse conceito permitirá a participação da sociedade organizada e dos cidadãos na discussão e elaboração de leis e na melhoria do relacionamento entre parlamentares e cidadãos. Dar transparência a suas ações, institucionalizar as relações com entidades representativas da sociedade e aumentar a participação da



população nas suas decisões. Estes são, portanto, os três princípios que norteiam as parcerias da Assembleia Legislativa. Sob essa orientação, o Parlamento paulista pretende que as entidades tragam qualidade às propostas, análises e debates dos deputados e que as decisões destes possam ser cada vez mais acertadas.

Além disso, o próprio caráter coletivo das demandas advindas da atuação das entidades parceiras permite melhor organização das propostas e sugestões apresentadas. Isso porque a sociedade, assim como o

conjunto dos deputados que a representam, é muito heterogênea e, como consequência disso, os temas tratados na Assembleia tendem a ser muito pulverizados.

Além de parcerias com organizações não governamentais, a Assembleia tem firmado outras com órgãos do setor público, como o Senado Federal ou o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Ministério Público do Estado. O objetivo nesses casos é subsidiar o Parlamento paulista com conhecimentos e informações que permitam aperfeiçoar suas atividades.

Esta revista, a quarta de uma série iniciada no final de 2005, trata de todas essas parcerias. O objetivo da publicação é a divulgação de um trabalho que, em alguns casos, já rendeu bons frutos, mas, em outros, ainda está no início. Numa e noutra situações, a revista certamente será útil, seja aperfeiçoando, seja alavancando ações. ■

Deputado Rodrigo Garcia
Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de São Paulo

Aproximação importante

Assinatura de convênio com a Câmara Brasil-Rússia deve criar instrumentos que incrementarão as relações comerciais e culturais entre os dois países



Escudo da Federação Russa

Para o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Rússia, Antônio Carlos Rosset Filho, o protocolo assinado pela Assembléia e pela Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil-Rússia, em 28 de setembro de 2005, proporciona uma aproximação de grande importância tanto política quanto comercial com aquele país. Segundo ele, o grande número de empresários russos que vêm a São Paulo com a intenção de fazer investimentos sente-se mais seguro com a interlocução estabelecida com os deputados paulistas, facilitada após a assinatura do documento.

A iniciativa pretende ampliar as relações políticas e comerciais entre São Paulo e aquele país. Segundo Rosset Filho, a câmara tem intenção de trazer a São Paulo investimentos, principalmente, nas áreas petroquímica e siderúrgica, atividades em que a Rússia é forte. Na ocasião da assinatura do protocolo, o presidente da Assembléia, Rodrigo Garcia, afirmou que a intenção da parceria era fazer com que o Parlamento produzisse leis e ações que colaborassem com a ampliação das relações e do comércio entre os dois países. Como desdobramento do protocolo, uma delegação representando a



Convênio pode resultar em investimentos nas áreas petroquímica e siderúrgica

Assembléia Legislativa viajou à Rússia para conhecer as Dumas (equivalentes à Câmara dos Deputados) de Moscou e São Petersburgo, a convite daquele país.

Criada há sete anos, a Câmara Brasil-Rússia tem sede no Estado de São Paulo e, com 1.300 associados, é a terceira maior entidade do gênero no Brasil, atrás somente da câmara de comércio americana e da ítalo-brasileira.

Troca de visitas

No dia 6 de outubro, uma delegação de deputados estaduais embarcou para a Rússia, onde permaneceu até o dia 17. Fizeram parte da delegação, além do presidente

Rodrigo Garcia, os parlamentares Aldo Demarchi, Valdomiro Lopes, Romeu Tuma Júnior, Vinícius Camarinha, Waldir Agnello, Jonas Donizette, Cândido Vaccarezza e Eli Corrêa Filho.

A visita dos representantes do Parlamento paulista teve como destino as Dumas de Moscou e São Petersburgo e foi um desdobramento do protocolo de intenções assinado em setembro pelo presidente da Assembléia, Rodrigo Garcia, com a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil-Rússia.

No dia 11 de novembro, os deputados da Duma de Moscou Vladimir E. Koptev-Dvornikov, Vladimir Semenov e Alexey Lok-

tinóv retribuíram a visita da delegação brasileira. Foram recebidos pelo presidente Rodrigo Garcia. Alexey Loktinóv ocupava então o cargo de secretário de Estado do Ministério da Cultura e Mídia da Federação da Rússia.

A comitiva russa comentou a grande carga de trabalho que os deputados russos estavam tendo, na nova fase de desenvolvimento do país, para a realização de atividades comerciais e dos acordos de cooperação com a Comunidade Européia. A expectativa dos parlamentares visitantes era ampliar as relações culturais e comerciais com o Brasil, principalmente com o Estado de São Paulo. ■



Visita à Rússia foi um desdobramento do protocolo de intenções

Maior integração

Protocolo de intenções assinado com a Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria poderá dinamizar o mercado de trabalho e ampliar oportunidades de emprego e renda



Pollastri (ao centro), presidente da Câmara Ítalo-Brasileira: parceria ainda é tímida, mas deve crescer

A parceria é “extremamente importante, porém passível de maior nível de atividade e integração”, afirma Francesco Paternó, secretário geral da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria, com a qual a Assembléia Legislativa assinou acordo cooperativo em 12 de setembro de 2005. O objetivo da iniciativa é estreitar as relações comerciais e culturais entre São Paulo e Itália. Na assinatura do protocolo de intenções, o presidente da câmara,

Edoardo Pollastri, disse que a união entre os dois países ainda é tímida e que a parceria entre as duas instituições seria muito útil para ambas. Rodrigo Garcia destacou que a Câmara Ítalo-Brasileira estava recebendo uma senha especial, que lhe permitiria acessar todos os projetos de seu interesse no portal da Assembléia e contribuir com críticas, sugestões e informações, para a elaboração de propostas e audiências que melhorem a qualidade de vida



Embaixador Michele Valensise conversa com o presidente da Assembléia

da população de todo o Estado. Fundada em 1902 por um grupo de banqueiros, comerciantes e industriais italianos, com a finalidade de estreitar as relações comerciais entre empresas brasileiras e italianas, a Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria de São Paulo é uma associação sem fins lucrativos que reúne mais de mil sócios, entre pequenas, médias e grandes empresas. Ela está presente nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiás e Tocantins. Ocupando lugar de destaque entre as 70 câmaras italianas no mundo, a ítalo-brasileira está entre as dez mais importantes. Ela oferece a seus associados assessoria de negócios, proporcionando aos empresários italianos apoio para o desenvolvimento de suas atividades no Brasil e aos brasileiros oportunidades de negócios no intercâmbio com a Itália.

Visita de diplomatas

No dia 2 de junho comemoram-se os 60 anos da república italiana. Em 2006, para marcar essa data, Sérgio Serber e Cláudio Pieroni, representantes do Conselho Estadual Parlamentar das Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras (Conscre), da Assembléia Legislativa, convidaram membros da diplomacia da Itália para uma visita à Casa: o embaixador Michele Valensise e o cônsul-geral da circunscrição de São Paulo, Marco Marsilli.

Os visitantes foram recebidos pelo presidente Rodrigo Garcia e pelo 4º secretário da Assembléia, Adilson Barroso, com quem trocaram idéias sobre o processo político-partidário do Brasil e da Itália. A recepção ocorreu no Salão Nobre da Presidência. O embaixador, que serviu a diplomacia de seu país em diferentes áreas do planeta, como Oriente Médio e Leste Europeu, manifestou sua

satisfação de estar num país tão acolhedor quanto o Brasil, onde é grande a presença de descendentes italianos.

Para ele, era motivo de orgulho constatar os efeitos da presença de seus conterrâneos em áreas como a culinária e a cultura paulistas. Para que sejam perpetuadas as raízes da Itália no Brasil, o embaixador apontou algumas prioridades que orientavam seu trabalho no país. “No plano da cultura, a intenção da diplomacia é envidar esforços junto às autoridades governamentais para introduzir o ensino da língua italiana nas escolas paulistas. No plano econômico, empresas tradicionais italianas, menores e mais flexíveis do que os grandes conglomerados, estão sendo incentivadas a vir para o Estado de São Paulo, para dinamizar o mercado de trabalho, ampliando as oportunidades de emprego e renda”, relatou. ■

Pontos em comum

Cremesp coloca-se à disposição da Assembléia para emitir pareceres sobre projetos relativos à saúde, através da avaliação de suas câmaras técnicas



“Aposto muito nessa parceria”, afirma Callegari

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), Desiré Carlos Callegari, é um entusiasta do protocolo de intenções assinado com a Assembléia Legislativa em 27 de setembro de 2005. “Aposto muito nessa parceria, já que temos tanto em comum”, disse em julho de 2006, referindo-se ao fato de o conselho ser o órgão responsável pela regulação da atividade médica, emitindo tanto resoluções normativas quanto pareceres sobre a legislação referente à área.

“O Cremesp pode, atendendo a solicitação da Assembléia, elaborar pareceres sobre projetos relativos à saúde em trâmite na Casa, através da avaliação de suas câmaras técnicas regulamentadoras. Além disso, por sua atribuição legal, pode tomar a iniciativa de publicar parecer sobre projeto relativo à sua área de abrangência, mesmo sem ser solicitado”, esclareceu. Prestar assessoria aos deputados na elaboração de projetos a respeito do

tema é outra possibilidade importante derivada da parceria firmada com o Parlamento paulista, acrescentou Callegari.

“A contribuição da própria Assembleia no encaminhamento das causas médicas, como a da tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, é outra possibilidade derivada da assinatura da parceria”, acrescentou. Segundo Callegari, a

atualização da CBHPM, em discussão no âmbito federal, é fundamental para garantir o acesso da população brasileira aos avanços tecnológicos da prática médica.

“Na Assembleia paulista, tramita o Projeto de Lei 743/2005, que estabelece critérios para a edição de lista referencial de honorários e serviços para procedimentos médicos, num esforço prévio de atender não o interesse corporativo,

mas o da sociedade paulista, com a incorporação de novos procedimentos médicos à tabela que rege a medicina complementar”, afirmou. Callegari avalia que todos ganham com a assinatura do protocolo de intenções: a população, pelo acesso ao que a medicina tem de melhor; e os médicos, por poderem utilizar as práticas mais avançadas sem sofrer restrições. ■

Conselho Regional de Medicina de São Paulo



O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) foi fundado em 30 de setembro de 1957, com o objetivo de aprimorar o exercício da medicina e possibilitar o acesso à saúde de qualidade para todos os cidadãos. A instituição desenvolve serviço

de interesse público por delegação do poder público. No espectro de atuação da entidade, estão: a fiscalização das instituições de assistência médica; o recebimento, apuração e julgamento de denúncias relacionadas à má conduta profissional; e o registro de diplomas e títulos de especialidades, entre outras.

Desde 22 de agosto de 2005, funciona na sede da entidade (rua da Consolação, 753, na capital), um centro de dados que processa todas as informações coletadas e produzidas pelo conselho, relacionadas aos médicos, ao exercício profissional e aos estabele-

cimentos de saúde.

O conselho produz uma grande quantidade de dados, que, se processados adequadamente, podem nortear a adoção de medidas preventivas, capazes de evitar situações de risco, tanto para a população assistida pelos médicos quanto para os profissionais. A intenção da entidade é que esse banco de dados possa servir a parcerias com universidades, Secretaria de Estado da Saúde e órgãos públicos que tenham interesse em conhecer o perfil dos médicos e as condições de trabalho dos serviços de saúde.

Integração ao Parlamento

Para o Sindicato dos Médicos do Estado, assinatura de convênio tem importância histórica e demonstra confiança do Legislativo na categoria



Cid Carvalhaes: convênio aproxima Parlamento e médicos

O presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (Simesp), Cid Célio Jaime Carvalhaes, destacou em julho de 2006 a importância da assinatura do protocolo de intenções entre a entidade que preside e o Legislativo estadual, ocorrida em 27 de setembro de 2005. “Vejo um alto significado na possibilidade de o sindicato definir e ver concretizado esse protocolo de colaboração. Além da importância histórica dessa parceria, do ponto de vista político e prático o convênio permite uma aproximação maior entre o Parlamento paulista e a categoria médica”, disse Carvalhaes. Ele explicou ainda que o destaque dado à parceria não derivava de corporativismo, mas tão-somente do interesse pela saúde da população.

Cid Carvalhaes mencionou que, em uma das reuniões efetuadas com vistas à assinatura do protocolo, foi discutida a questão da consolidação

das leis paulistas, empreendimento já iniciado pela Assembléia e que resultou na revogação de milhares de diplomas legais considerados ultrapassados e fora de uso.

Para prosseguimento da consolidação, explicou Carvalhaes, foi apontada pela Presidência da Assembléia a necessidade da divisão do trabalho em comissões específicas para cada área legislativa. “É uma iniciativa moderna e ousada, que demonstra o dinamismo do Poder Legislativo paulista, exemplo que, espero, possa inspirar outras casas legislativas e o Congresso Nacional”, enfatizou o presidente do Simesp, garantindo a colaboração da entidade nesse esforço.

“Consideramos o convite da Mesa Diretora da Assembléia uma demonstração de confiança, que muito nos gratifica. Queremos reafirmar nosso compromisso em firmar essa possibilidade de maior integração com as atividades parlamentares”, concluiu ele. ■

Relação Médico e Paciente:
*amizade,
cumplicidade
e confiança.*



A tecnologia ainda não
inventou essa máquina.



SIMESP
Sindicato dos Médicos de São Paulo

CAMPANHA PELA HUMANIZAÇÃO DA MEDICINA

Cartaz da campanha pela humanização da medicina, promovida pelo Simesp

Sindicato dos Médicos de São Paulo



O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) foi fundado em 1929 e sua base

territorial engloba grande parte do Estado. São 60 mil os médicos representados pela entidade. Atua nas negociações com sindicatos patronais, em campanhas salariais, nas reivindicações junto às administrações públicas, na apuração de denúncias e nos processos contra irregularidades e abusos em hospitais e empresas de saúde.

Seus objetivos são a luta pela saúde, a defesa dos direitos e da dignidade do profissio-

nal médico, bem como da população que dele necessita. O Simesp busca ainda a humanização do trabalho médico e condições salariais e de trabalho que garantam a autonomia profissional, sem submissão a interesses mercantis e políticos.

Na cidade de São Paulo, o Simesp representa a Saúde no Sistema Permanente de Negociação (Sinp), órgão criado para a resolução dos conflitos entre o funcionalismo e a prefeitura.

Frente suprapartidária

Integração dos médicos com a Assembléia pode levar à formação de uma frente suprapartidária voltada para a legislação e para a prestação de serviços de saúde



Entidade tem como compromisso defender o exercício da medicina e a dignidade da profissão

O presidente da Associação Paulista de Medicina, Jorge Carlos Machado Curi, revelou em julho de 2006 sua preocupação com a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades sociais, no Brasil e no Estado de São Paulo.

“O fato de estarmos em ano eleitoral, num momento tão delicado na área social brasileira, exige a atenção dos políticos. É preciso atender a educação, a saúde, a segurança pública, etc. Acredito ser fundamental a criação de uma frente que cuide da realidade social, de forma suprapartidária, tratando da legislação da saúde e dos demais serviços públicos. Sem legislação adequada e orçamento condizente, não poderemos mudar o quadro da lamentável realidade nacional”, disse Curi. Ele considera escassos os recursos estabelecidos nos orçamentos estaduais e federal destinados às áreas sociais.

Jorge Curi também destacou a im-

portância da discussão, nos âmbitos estadual e nacional, da ampliação da CBHPM, com a incorporação à tabela de mais de mil novos procedimentos médicos derivados do avanço tecnológico.

Na opinião de Curi, o Estado de São Paulo obteve nos últimos anos avanços nesses setores que foram incentivados por iniciativas do governo, como a ampliação da gestão da saúde por meio de parcerias com a iniciativa privada. “Mas há necessidade de ampliar o volume de recursos orçamentários destinados ao setor para garantir o atendimento à população. Se não houver legislação, não adianta. Sofreremos a frustração de termos indicativos contraditórios no Brasil. Isto é, apesar de haver inegavelmente um oásis da boa prática médica, este convive com o paradoxo de não existir acesso com equidade para a maior parte da população, nos moldes do Sistema Único de Saúde, a essas conquistas”, enfatizou.

Na avaliação de Curi, a colaboração entre a Assembléia e a Associação Paulista de Medicina, assinada em 27 de setembro de

2005, vai no rumo correto. “Ação permanente, com o estabelecimento de parcerias diretas com o terceiro setor, como é o

caso desta feita entre a Assembléia e a APM, só pode contribuir para o avanço da discussão”, concluiu. ■

Associação Paulista de Medicina

A Associação Paulista de Medicina (APM) é uma entidade do terceiro setor. Sem fins lucrativos e de utilidade pública, representa médicos do Estado de São Paulo na capital e interior. Foi fundada em 1930 por Alberto Nupieri. Tem como compromisso defender o exercício da medicina e a dig-

nidade da profissão. A APM trabalha no sentido de aprimorar o conhecimento técnico-científico de seus associados, além de propiciar educação médica continuada. Promove programas nas áreas cultural, social, esportiva e de lazer e atividades voltadas para a aproximação entre médicos e sociedade. Reú-

ne 14 distritais espalhadas pelo Estado, as quais são compostas por 83 regionais e um núcleo, além de 68 departamentos científicos e comitês multidisciplinares. O quadro associativo da entidade congrega cerca de 30 mil médicos, entre profissionais, residentes e acadêmicos.



Avanço tecnológico na área médica demanda recursos orçamentários

Exercício da medicina

Protocolo de intenções é de grande importância pela colaboração que se poderá estabelecer para o melhor exercício da medicina, diz vice-presidente da Academia de Medicina de São Paulo



Legislação adequada fortalece entidades, avalia Palomba

Em entrevista ao *Diário da Assembléia* em julho de 2006, o vice-presidente da Academia de Medicina de São Paulo, Guido Palomba, afirmou que a assinatura do protocolo de intenções com o Parlamento paulista, ocorrida em 27 de setembro de 2005, é de grande importância pela “colaboração que se poderá estabelecer para o melhor exercício da medicina e do atendi-

mento aos pacientes”. Ele frisou ainda que, com a implementação de uma legislação adequada às necessidades da área médica e dos pacientes, haverá entidades mais fortes e cada vez mais atuantes. “Queremos retribuir a confiança em nós depositada pela Casa e estaremos abertos a colaborar naquilo que formos solicitados pelo Poder Legislativo”, afirmou. ■

Academia de Medicina de São Paulo

A Academia de Medicina de São Paulo é a entidade médica mais antiga do Estado. Foi fundada em 7 de março de 1895. Ela reúne entre seus membros pessoas proeminentes, os imortais da área da medicina, que ocupam cadeiras numeradas, como na Academia Brasileira de Letras.

Quando há o falecimento de um dos membros, que são vitalícios, declara-se aberta uma vaga e candidatos podem se inscrever para seu preenchimento. Os pares, então,

elegem o novo ocupante entre os candidatos inscritos. Há os membros titulares, proprietários das cadeiras, e há também os eméritos, aqueles com mais de 20 anos de participação na instituição. Há ainda os membros honorários, título concedido pela academia às pessoas que contribuíram para o enaltecimento da entidade, sem haver necessidade de serem profissionais da área médica. Os honorários não têm direito de voto nem de ser votados.

Reeducação alimentar

Da parte da Abran, a parceria visou maior participação do setor em matérias legislativas pertinentes à nutrologia, especialidade médica ligada a enfermidades nutricionais



Para Ribas Filho, trabalhos devem buscar diminuição das doenças nutricionais

Firmado em 17 de outubro do ano passado, o convênio entre a Assembléia e a Associação Brasileira de Nutrologia (Abran) tem seus primeiros resultados no fomento à educação alimentar nas escolas públicas do Estado. Quase um ano após o início da parceria, o presidente da Abran, Durval Ribas Filho, faz uma avaliação positiva. Ele afirmou que a associação tem se dedicado à parte educacional e nutricional dentro do programa “Peso Leve”. Inicialmente, essa união visou a maior participação da entidade no processo legislativo, em matérias pertinentes à nutrologia, especialidade médica voltada ao diagnóstico, prevenção e tratamento de enfermidades nutricionais. Durval afirma que “o objetivo de favorecer o processo de reeducação alimentar para estudantes da Grande São Paulo será estendido para o restante do Estado, visando uma diminuição do sobrepeso e da obesidade nessas crianças”. Para o médico, a parceria traz novo alento para a implantação

da base da saúde da população, que é a nutrição adequada, equilibrada. “Apesar de Hipócrates, há mais de 2 mil anos, ter recomendado às pessoas fazerem do alimento o seu medicamento, estamos vivendo um momento de deseducação alimentar e nutricional”, ponderou. Os frutos do convênio com o Parlamento podem levar à “diminuição das enfermidades nutricionais, principalmente a prevenção de doenças crônico-degenerativas”. O representante da Abran acredita que seja possível trabalhar melhor com a educação alimentar, evitando o desenvolvimento de doenças nutricionais.

Simão Pedro, parlamentar que sugeriu o convênio, declarou que a iniciativa surgiu após participar de um seminário promovido pela Abran. “Uma das metas desta Mesa Diretora é estabelecer contato com entidades da sociedade civil interessadas em tramitações de leis de seu interesse”, disse o parlamentar na cerimônia de assinatura do protocolo. ■

Associação Brasileira de Nutrologia



Em 1978, a nutriologia foi reconhecida como especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina, pela Associação Médica Brasileira e pelo Conselho Nacional de Residência Médica. Entidade sem

fins lucrativos, fundada no Rio de Janeiro em 1973 pelo casal de médicos José Evangelista e Sambaquy Evangelista, a Abran reúne aproximadamente 2.200 filiados, sendo 830 nutrólogos com especialização avalizada pelo Conselho Federal de Medicina. Atualmente, fornece curso de pós-graduação – residência médica – na especialidade, oferecido na Universidade de São Paulo (campus de Ribeirão Preto) e na Uni-

versidade Federal do Rio de Janeiro. A entidade também concede título de especialista em nutriologia para médicos formados há mais de três anos, por meio de concurso normatizado por ela própria e pelo Conselho Federal de Medicina. As provas para obtenção de título são realizadas duas vezes por ano, durante eventos científicos promovidos pela entidade.



Nutrição adequada contribui para a saúde da população

A contribuição dos conselhos

A Assembléia Legislativa assinou protocolos de intenções com conselhos regionais de diversos setores, que podem contribuir na elaboração de propostas referentes a suas áreas de atuação



Marco Antônio Rocco, representando o Conselho de Odontologia, é recebido pelo presidente Rodrigo Garcia na assinatura dos protocolos

A Assembléia Legislativa e os conselhos regionais, signatários dos protocolos de intenções, comprometem-se a desenvolver estudos quanto à possibilidade de intercâmbio, integração e cooperação técnica, visando à análise e sugestão de proposições em assuntos do interesse público e do setor representado pela entidade, bem como estudos que visem ao aprimoramento do Legislativo

Os acordos, assinados em 4 de outubro de 2005, envolvem, en-

tre outros, os conselhos regionais de Odontologia, de Farmácia, dos Nutricionistas, dos Representantes Comerciais e de Contabilidade. Para os representantes dessas entidades, a parceria com a Assembléia deve possibilitar o surgimento de leis que aperfeiçoem o atendimento oferecido à população em diversos setores, como resultado da interação desses ramos técnicos com a atividade parlamentar. ■

Vida estendida

Convênio deve fortalecer o papel dos profissionais de saúde que se dedicam a garantir que a vida humana, cada vez mais longa, ocorra com qualidade




Almeida propõe resgate do respeito aos profissionais da saúde

O protocolo de intenções firmado com a Assembléia Legislativa deve servir como um guia para os deputados do Estado de São Paulo no aprimoramento da legislação pertinente aos serviços de saúde prestados aos paulistas. A expectativa é de Gil Lúcio de Almeida, fisioterapeuta, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito) da 3ª Região – São Paulo.

Através do protocolo de intenções, segundo o presidente do Crefito, os conselhos de saúde do Estado demonstraram para a sociedade que “a construção da ponte de entendimento visando a um bem maior, que é a preservação da vida saudável, deve prevalecer sobre interesses corporativistas”. Após a assinatura do documento, a diretoria do órgão iniciou uma série de negociações com os diversos conselhos da saúde, para estabelecer “os atos privativos compartilhados com todos os profissionais do se-

tor, com o objetivo de oferecer os melhores serviços à população”.

Segundo Almeida, a Assembléia Legislativa tem um papel fundamental para garantir que os serviços oferecidos pelos profissionais de saúde sejam colocados à disposição da sociedade. “Vivemos a era do bônus da vida estendida e os profissionais da saúde têm um papel preponderante no sentido de prover que esse período seja vivido com qualidade. Os deputados estaduais podem ajudar a estabelecer legislação que obrigue os gestores públicos a ofertar os serviços dos nossos profissionais nos serviços públicos”, afirmou.

Para alcançar esse objetivo, alertou o presidente, é necessária a remuneração justa do profissional, preservando a sua dignidade. “Não temos dúvida de que São Paulo saberá, através de seus deputados, resgatar o respeito aos profissionais de saúde, com uma remuneração justa”, afirmou Almeida. ■

Expectativa otimista

Conselho Regional de Fonoaudiologia espera que brevemente a parceria comece a dar frutos e leve a resultados promissores



O conselho tem por objetivo registrar, fiscalizar e orientar os fonoaudiólogos quanto ao exercício da profissão

Segundo Cibele Siqueira, assessora do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região – São Paulo, “a expectativa é que brevemente essa parceria comece a dar frutos, pois o trabalho entre entidades seriamente comprometidas com seus ideais leva a resultados promissores”.

Criado em 1981, o conselho tem por objetivo registrar, fiscalizar e orientar seus profissionais quanto ao exercício legal e ético da profissão, entre outros serviços voltados à área de fonoaudiologia. Em julho de 2006, havia no Brasil 3.235 fonoaudiólogos, 32,8% deles dedicando-se à área de mo-

tricidade oral. Mais da metade desses profissionais estava no Estado de São Paulo (veja quadros).

“A fonoaudiologia é a ciência que tem como objeto de estudo a comunicação humana no que se refere ao seu desenvolvimento, aperfeiçoamento, distúrbios e diferenças, em relação aos aspectos envolvidos na função auditiva periférica e central, na função vestibular, na função cognitiva, na linguagem oral e escrita, na fala, na fluência, na voz, nas funções orofaciais e na deglutição” (texto aprovado pelo Plenário do CFFa durante a 78ª SPO, realizada nos dias 6 e 7 de março de 2004). ■

Número de fonoaudiólogos no Brasil		
Área de atuação	Quantidade	%
Audiologia	988	30,5
Linguagem	525	16,2
Motricidade Oral	1.058	32,8
Voz	664	20,5
Total	3.235	100

Número de fonoaudiólogos no Estado de São Paulo		
Área de atuação	Quantidade	%
Audiologia	275	16,5
Linguagem	315	18,8
Motricidade Oral	546	32,7
Voz	534	32,0
Total	1.670	100

Preservação do patrimônio

Segundo o Conselho Regional de Museologia de São Paulo, a preservação do patrimônio cultural e artístico tem adquirido cada vez mais importância nas políticas públicas governamentais



Museu do Ipiranga, em São Paulo, guardião de parte significativa da história nacional

O protocolo de intenções trouxe ao Conselho Regional de Museologia de São Paulo (Corem-SP) vários benefícios, especialmente na área jurídica, uma vez que o órgão pode contar com a assessoria permanente do Parlamento paulista nesse setor. “Consideramos um sucesso esse contato e pretendemos que, ainda em 2006, possamos formatar uma proposta de assessoria ao Museu de Arte do Parlamento de São Paulo, que funciona nas dependências da Assembléia, como uma forma de contrapartida nessa parceria”, declarou Cecília Machado, secretária do órgão.

Segundo o Corem-SP, a preservação do patrimônio cultural e artís-

tico tem adquirido cada vez mais importância nas políticas públicas governamentais. E os museus vêm se destacando como instituições voltadas à manutenção, preservação, divulgação e valorização da arte e da cultura, auxiliando também a incrementar o fluxo turístico e gerando empregos diretos e indiretos. O museólogo é o profissional habilitado pelo Conselho Regional de Museologia ao exercício das atividades técnicas de salvaguarda e preservação e comunicação do patrimônio cultural brasileiro. A profissão é regulamentada pela Lei Federal 7.287/84. Todos os museólogos estão sujeitos à fiscalização do exercício profissional, através dos conselhos regionais, por sua vez subordinados ao Conselho Federal de Museologia. Quem ingressa na profissão de museólogo adquire a responsabilidade de manter determinadas normas de conduta em relação aos poderes públicos, às instituições museológicas, aos colegas de classe e à sociedade em geral, em obediência ao Código de Ética Profissional. ■

Canal direto

Assinatura do protocolo reflete a vontade dos representantes comerciais de conhecer melhor os trabalhos do Parlamento



O Corcesp reúne os representantes comerciais do Estado de São Paulo

Para o Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de São Paulo (Corcesp), o convênio representou uma proximidade maior com o Parlamento. Vagner de Oliveira, diretor do órgão, observa que com isso abriu-se um “canal expressivo” para acompanhamento das atividades do Parlamento paulista.

As parcerias com o Legislativo “demonstram a participação dos mais variados setores da sociedade”, avalia Oliveira, permitindo que “cada indivíduo passe a possuir um canal direto, o que na prática não existia”.

O diretor do Corcesp afirma que a assinatura desse protocolo reflete também a vontade de conhecer melhor os trabalhos realizados pela Assembléia e suas consequências práticas, além da possibilidade de “transmitir aos deputados os anseios dos representantes comerciais, profissionais organizados através do conselho”. O fato



Corcesp está buscando o amadurecimento de propostas, afirma Oliveira

de a entidade não ter sugestões para proposições no momento, segundo Oliveira, deve-se à necessidade de buscar o “amadurecimento de algumas questões”, visando a atender as “expectativas gerais” dos representantes comerciais em oportunidade próxima. ■

Maior atuação

Com a parceria, há a perspectiva de maior atuação do Conselho Regional de Biologia nas áreas de saúde pública, meio ambiente e educação



Tadei: conselho regional reúne cerca de 16 mil biólogos



A assinatura do protocolo de intenções possibilitou a interação entre os deputados e os membros do Conselho Regional de Biologia da 1ª Região, avalia o presidente do CRBio, Wladimir João Tadei.

Com a parceria e o acesso à senha própria para acompanhar a trami-

tação de processos no Legislativo paulista, Tadei acredita que há uma perspectiva otimista de maior atuação da entidade nos segmentos de saúde pública, meio ambiente e educação. “São áreas de interesse de toda a sociedade paulista”, afirmou. “E passa a ser uma função a mais que o conselho desempenha”, completou Tadei.

O Conselho Regional de Biologia da 1ª Região (CRBio-1) reúne aproximadamente 16 mil biólogos, dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O órgão foi criado em dezembro de 1996 e tem sede na capital paulista. ■

Parceria com contadores

Conselho que congrega contadores e técnicos em contabilidade também assinou protocolo de intenções com a Assembléia Legislativa



CRC-SP mantém um portal na internet, objetivando o aperfeiçoamento da profissão

Um dos órgãos que se tornou parceiro da Assembléia Legislativa é o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP). Encarregado de registrar, fiscalizar e desenvolver atividades para a valorização profissional, ele foi fundado em 14 de dezembro de 1946.

Com sede na capital paulista, o CRC-SP conta, no interior, com 16 subsedes, duas delegacias regionais e 129 delegacias. O Plenário do CRC-SP é composto por 36 conselheiros efetivos e 36 suplentes, que ocupam os cargos do Conselho Diretor (presidente, vice-presidentes de Administração e Finanças, Fiscalização, Desenvolvimento Profissional e Registro) e da Câmara de Controle Interno, Câmara de Recursos, Câmaras de Fiscalização I, II e III, Câmaras de Ética e Disciplina I, II e III, Câmara de Desenvolvimento Profissional e Câmara de Registro.

O CRC-SP mantém um portal na internet, o Portal do Contabilista (www.contabilista-sp.com.br), com o apoio de outras entidades do Estado ligadas à categoria e com o patrocínio da IOB Thomson. Esse portal visa fornecer um padrão de serviços eletrônicos compatível com as necessidades dos contabilistas para o pleno desenvolvimento de suas atividades. Com o portal, o CRC-SP está pondo em execução sua atribuição legal e regulamentar de fiscalização preventiva, ao oferecer instrumentos para que o contabilista aperfeiçoe sua atuação profissional.

Os 110.946 contabilistas que, até maio de 2006, estavam registrados no conselho dividiam-se em 52.801 contadores e 58.145 técnicos em contabilidade. Para atender a esses profissionais, o CRC-SP contava com 264 funcionários, entre os quais 40 eram fiscais e oito eram coordenadores. ■

Compromisso ético

Profissionais do setor farmacológico trarão sua contribuição aos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia



Revista do Farmacêutico, uma das ferramentas de comunicação da categoria

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo foi criado em 1960, iniciando suas atividades no ano seguinte. Exerce as atividades de zelar pelo compromisso ético, filiar profissionais, fiscalizar e punir infratores no exercício da profissão. O órgão é responsável por garantir a saúde pública através da assistência farmacêutica integral, ao monitorar aproximadamente 20 mil estabelecimentos farmacêuticos e seus 29 mil profissionais, cuja filiação cresce cerca de 5% ao ano.

O CRF-SP promove congressos, cursos e eventos técnico-científicos, com palestras de profissionais do setor farmacêutico, visando tanto o aprimoramento profissional como a capacitação de estudantes e seu esclarecimento – mesmo dos alunos de níveis médio e fundamental – sobre a importância da profissão. Um dos grandes orgulhos do CRF-

SP e que prova a importância e a correta atuação do órgão é o aumento do índice de presença de profissionais farmacêuticos nas farmácias e drogarias. O que antes era uma grande preocupação dos CRFs de todo o país fez nascer um trabalho sério e competente de fiscalização, onde a organização e a responsabilidade com a profissão são os maiores referenciais. O índice de presença do profissional farmacêutico nas farmácias e drogarias oscila hoje entre 60% e 80%, segundo o CRF-SP. Para cuidar de todo esse trabalho, o órgão conta com 25 fiscais externos e uma equipe de 15 profissionais que atuam na sede, no trâmite das atuações.

Além das atividades inerentes à carreira, o farmacêutico tem atuado na área da saúde pública como um todo, buscando agir diretamente junto aos formuladores de políticas públicas de saúde. ■

Legislação adequada

Conhecimento das atividades legislativas vai permitir maior participação dos odontólogos na elaboração das propostas adequadas ao setor



Conselho Regional de Odontologia de São Paulo



Atividade dos odontologistas paulistas é supervisionada pelo Conselho de Odontologia de São Paulo

Os convênios assinados com o Parlamento paulista proporcionam maior acesso ao Legislativo e, ao mesmo tempo, dão maior responsabilidade aos conselhos no sentido de fornecer informações sobre as profissões. Essa é a avaliação feita por Marco Antônio Rocco, do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo. Essa interlocução, segundo ele, faz com que a legislação seja mais adequada a cada setor, na medida em que há maior acesso aos projetos de lei antes de serem votados. O conhecimento

das propostas, acrescenta, permite que se dêem sugestões antes do término do processo.

Tanto o Conselho Federal de Odontologia como os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, entre os quais se inclui o de São Paulo, foram criados em 1964 e, posteriormente, instituídos em 1971, formando, em seu conjunto, uma autarquia. A finalidade do órgão é a supervisão da ética odontológica, zelando e trabalhando pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. ■

Defesa da sociedade

Conselho Regional de Psicologia pretende levar as demandas da categoria em defesa da sociedade para discussão na Assembléia



Com a parceria, o CRP fica mais informado, avalia Maria Ermínia

Segundo Maria Ermínia Ciliberti, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia, a assinatura do protocolo aproxima a Assembléia Legislativa de órgãos que também fazem a defesa da sociedade. A partir do momento em que se participa da elaboração das leis, surge o compromisso de divulgar, encaminhar e acompanhar essa medida, opina Maria Ermínia. A vice-presidente acredita que, com a parceria, o CRP fica mais informado e pode informar melhor a categoria, qualificando e solicitando projetos de lei que tenham maior identidade com a classe, com as necessidades sociais e com aquilo que a sociedade também demanda. “Nós levaremos a demanda da categoria para a Assem-

bléia Legislativa”, ela declarou.

O CRP-SP tem a finalidade de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo. Mantém uma sede na capital paulista e oito subsedes no interior: Grande ABC, Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto e Taubaté.

As metas e formas de trabalho do CRP são pautadas pelas deliberações do Congresso Nacional de Psicologia, realizado a cada três anos, no período das eleições, quando se aprovam teses sobre a estrutura funcional dos conselhos, bem como princípios que nortearão sua atuação nas áreas de formação e ética profissional, entre outras. ■

Fiscalização profissional

O Conselho Regional de Química de São Paulo, um dos parceiros do Parlamento paulista, tem entre suas atribuições a fiscalização do exercício profissional



O principal objetivo da fiscalização do conselho é evitar que a sociedade seja prejudicada por produtos e serviços impróprios para o consumo

A profissão de químico foi reconhecida em 1934 e regulamentada em 1943, mas a lei que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Química data de 1956. O CRQ passou, assim, a ter todas as atribuições referentes ao registro, fiscalização e imposição de penalidades quanto ao exercício profissional.

O CRQ-4, de São Paulo, assim como os demais do setor, possui autonomia administrativa e patrimonial. Suas atividades são custeadas por taxas pagas anualmente pelos profissionais e empresas da área química. Os valo-

res recebidos são, basicamente, utilizados na montagem da infraestrutura necessária ao trabalho de fiscalização, executado por 21 fiscais, cobrindo a capital e o interior paulistas e o Estado do Mato Grosso do Sul.

O principal objetivo da fiscalização é evitar que a sociedade seja prejudicada pela produção de produtos e execução de serviços na área da química por empresas clandestinas ou pessoas desprovidas de conhecimentos científicos.

Além de cumprir seu papel de defesa da sociedade, o CRQ-4 desenvolve atividades que buscam oferecer aos profissionais e empresas do setor a oportunidade de acesso a instrumentos que os tornem mais competitivos. ■

Regulamentação recente

Proposições que abrangem o campo de atuação do administrador contarão com maior participação do conselho regional da categoria



O zelo do CRA-SP pelo exercício profissional não se limita à fiscalização

De acordo com a parceria firmada, o Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) pode participar dos processos legislativos que abrangem o campo de atuação do administrador. Passa, também, a ter acesso a todas as informações legislativas referentes ao seu exercício profissional, através dos meios eletrônicos e com o uso de senha própria.

Embora antiga, a atividade de administrador só recentemente ganhou contornos oficiais no Brasil. Foram necessários quase 25 anos desde a criação do primeiro curso no país, em 1941, até a promulgação da Lei nº 4.769, em 9 de setembro de 1965, que instituiu profissão de nível superior (até então, seus profissionais eram técnicos em administração). Em 1967, houve a regulamentação da carreira de administrador.

Há mais de 73 mil profissionais registrados junto ao Conselho Regional de Administração de

São Paulo e o número de empresas já supera 12 mil. Com a evolução tecnológica nas áreas da informação e das telecomunicações, “as relações econômicas experimentaram uma revolução sem precedentes, tornando imperiosa a presença do administrador na gestão dos empreendimentos, na organização da produção, no controle das finanças, na orientação dos recursos humanos, no planejamento, na logística, no estudo dos mercados e em vários outros campos”, diz a entidade. O zelo do CRA-SP pelo exercício profissional não se limita à fiscalização. “Estende-se ao aprimoramento dos administradores através da difusão massiva das tendências existentes no mercado e das novas técnicas desenvolvidas nos campos de atuação do administrador, com a apresentação de exemplos de sucesso no desempenho das atividades”. ■

Planos diretores

O aprofundamento dos estudos sobre temas relativos aos planos diretores está entre as metas do convênio assinado com o Crea-SP



Planos diretores municipais devem ordenar o crescimento urbano

Uma das metas do acordo assinado com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado (Crea-SP) é aprofundar estudos sobre assuntos relativos a planos diretores municipais e a adequação de municípios às propostas do Estatuto das Cidades.

A criação de um órgão fiscalizador na área de engenharia, arquitetura e agronomia deveu-se, em grande parte, à influência dos ex-alunos e profissionais oriundos das escolas de engenharia e arquitetura do início dos anos 30, que contaram com

o apoio de alguns homens públicos. Graças a essa influência, Getúlio Vargas promulgou, em 11 de dezembro de 1933, o Decreto Federal nº 23.569, regulamentando as profissões liberais de engenheiro, arquiteto e agrimensor e instituindo o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura. Meses depois, em 23 de abril de 1934, nascia, formalmente, o Crea paulista.

Hoje, o Sistema Confea/Creas dedica-se à fiscalização do exercício profissional. No caso específico dos engenheiros, arquitetos, agrô-

nomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos de nível médio – profissões abrangidas pelos CREAs –, a regulamentação obedece à Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e às resoluções baixadas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), uma autarquia federal. O Confea é o órgão central do sistema, instância máxima da regulamentação e da fiscalização do exercício profissional. É constituído pelos próprios profissionais – conselheiros oriundos de diversas unidades da Federação.

Em julho de 2006, havia 235.554 profissionais registrados no Crea-SP, dos quais 191.313 tinham nível superior e 44.241 nível médio (técnico). A maioria dos profissionais era formada na área da engenharia elétrica, 67.556, seguindo-se as áreas da engenharia civil, com 57.144, mecânica e metalurgia, com 47.372, arquitetura, com 29.704, agronomia, com 18.428, química e alimentos, com 9.638, agrimensura, com 3.488, e geologia e minas, com 2.224. ■

Novas pautas

Informações originadas na Assembléia Legislativa tornam-se ferramenta de trabalho no conselho que representa os profissionais do serviço social



Em 15 de maio de 2006, ato solene homenageou os 70 anos de serviço social no Brasil

cress sp

Entidade defende a profissão e o serviço social bem qualificado

Em setembro de 2006, ao avaliar os primeiros resultados da assinatura do protocolo de intenções com a Assembléia Legislativa, a assistente social Neide Aparecida Fernandes, coordenadora do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress 9ª Região), considerou-o um instrumento “que democratiza a sociedade, da qual representamos uma parcela, já que somos uma entidade com 20 mil profissionais ativos”.

“Constantemente recebemos infor-

mações da Assembléia que subsidiavam a elaboração de pautas do nosso Departamento de Comunicações. Esse órgão leva as informações necessárias para os eventos internos e externos, para os núcleos temáticos e para as discussões da política social nas questões importantes para o conselho”, ela afirmou.

Neide lembrou que o conselho tem como meta o fortalecimento da parceria. Segundo ela, a entidade “defende a profissão e o serviço bem qualificado, atua na fiscalização e prevenção, articula-se com os sindicatos para tratar daquilo que se relaciona com os interesses da classe dos assistentes sociais, sem fazer defesas ou demandas específicas”.

Por iniciativa da deputada estadual Ana Martins, a Assembléia Legislativa realizou no dia 15 de maio de 2006 ato solene em homenagem ao Dia do Assistente Social, quando se comemoraram os 70 anos de serviço social no Brasil. A presidente do Cress-SP, Eutalia Guimarães Gazzoli, esteve presente ao evento, bem como o deputado federal Jamil Murad. ■

Inclusão no SUS

A inclusão do educador físico no SUS é uma das metas que o conselho regional do setor quer ver incluídas no debate com a parceira Assembléia



O jovem Conselho Regional de Educação Física de São Paulo foi criado em 1998

O presidente do Conselho Regional de Educação Física de São Paulo (Cref 4-SP), Flávio Delmanto, considerou a assinatura do protocolo de intenções com o Parlamento “muito significativa, pois permite que possamos discutir e participar da elaboração de projetos de lei e efetivar leis que tenham a ver com o interesse da área e da população paulista”. Delmanto espera ver algumas das propostas específicas da área deba-



Para Delmanto, assinatura do protocolo de intenções permitirá o debate de propostas específicas do educador físico

tidas nessa parceria. “Em primeiro lugar, queremos a inclusão do educador físico no Ministério da Saúde. Em segundo lugar, pretendemos fazer com que ele possa fazer parte dos planos de saúde”, afirmou. A inclusão no órgão federal, com o direcionamento do profissional para o Sistema Único de Saúde e para a assistência médica privada, deve ser feita com cuidado, “para evitar a remuneração com salários baixos”.

O presidente do Cref também pretende ver o profissional inserido no ensino infantil. “Gostaríamos de ver implantada uma lei que introduza a educação física no ensino infantil. Isso será de extrema importância para o profissional, para a saúde da criança e o futuro da população”, completou.

O jovem Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região foi criado em 1998, juntamente com a lei que regulamentou a profissão. Conta atualmente com mais de 55 mil profissionais registrados. ■

Bons frutos

Entre as boas perspectivas da parceria com o Legislativo paulista está a promoção da alimentação saudável, avalia o CRN

A partir da parceria com o Legislativo, a presidente do Conselho Regional de Nutricionistas – 3ª Região (CRN-3), Olga Maria Silvério Amâncio, considera importantes duas propostas para

aperfeiçoar a legislação na área. A primeira é discutir e implementar o tema educação alimentar nas escolas. A outra é reforçar as discussões sobre a Portaria Interministerial MEC-MS nº

1010, de 8/5/2006, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio, nas redes pública e privada.

Para Olga, o protocolo de intenções será bom se produzir bons frutos. “As perspectivas são as melhores, desde que o andamento das ações solicitadas seja ágil e que os assuntos propostos sejam colocados em discussão”, avaliou.

Criado em 1980, o Conselho Regional de Nutricionistas – 3ª Região congrega os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Seu principal objetivo é orientar e valorizar os nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética, assegurando visibilidade e reconhecimento da sua importância pela sociedade, contribuindo para a saúde da população. ■



Para Olga, o protocolo será bom se produzir bons frutos

CrN
3ª Região

Novos projetos

Convênio com Conselho Regional de Técnicos em Radiologia já resultou na apresentação de dois projetos de lei relativos à categoria

O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia não só acredita que a parceria com a Assembléia Legislativa é positiva, como já implementou esse relacionamento, com a apresentação de dois projetos de lei, através do deputado Jonas Donizette, criando o Dia do Técnico em Radiologia e definindo como exclusiva dos profissionais habilitados (técnicos e tecnólogos em radiologia) a operação de aparelhos emissores de radiação na administração pública, em âmbito estadual.



Presidente do CRTR quer leis para normas de segurança

“As perspectivas para essa parceria são as melhores possíveis. Queremos propor leis no tocante às normas de segurança e proteção do trabalhador que opera com fontes radioativas, bem como debater questões ligadas à formação adequada do técnico. Já instituímos a comissão de estudos da formação profissional”, afirma a diretoria da entidade. Segundo o CRTR, com a parceria “a Assembléia Legislativa de São Paulo reconhece a importância do diálogo com setores representativos da sociedade”.

O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 5ª Região foi criado em 1988, tendo por finalidade principal a fiscalização do exercício das técnicas radiológicas, zelando pelo seu bom desempenho, de forma ética e regulamentada. Compete a ele defender a sociedade e impedir que pessoas inabilitadas exerçam as atividades regulamentadas por lei e, ainda, combater a falta de ética profissional, impedindo o mau exercício não só por parte do leigo inabilitado, como do habilitado sem ética. ■

Saber e política

Entidades das áreas de engenharia e arquitetura podem auxiliar o Legislativo na análise e sugestão de projetos sobre planos diretores municipais, adequação ao Estatuto das Cidades e transportes metropolitanos, entre outros temas.



Lafraia: empenho dos engenheiros em colaborar para o desenvolvimento

O Instituto de Engenharia – que em agosto passado completou 90 anos – firmou parceria com a Assembléia Legislativa em 9 de agosto de 2005. Segundo o presidente do IE, Eduardo Lafraia, a contribuição da engenharia à sociedade brasileira é inegável e a assinatura do protocolo, ao qual os engenheiros aderiram voluntariamente, demonstra o empenho da classe em colaborar para o desenvolvimento do país.

A interação do Legislativo estadual com as entidades que representam os profissionais de engenharia tem o intuito de contribuir para os debates de temas de interesse social. As parcerias consolidam, assim, um canal de interlocução entre o saber técnico e a comunidade política, de forma a aprofundar a tradição de participação das organizações civis na esfera legislativa.

O IE foi criado em 1916, na capital paulista, durante o *boom* provocado pelo avanço da revolução industrial no mundo. A partir daí, a engenharia ganhou cada vez mais relevância, com a produção indus-

trial de bens em série, a invenção dos motores a propulsão e, conseqüentemente, o surgimento de meios de transporte e de comunicação cada vez mais rápidos.

Entre as razões do avanço da atividade no Brasil, que culminou com a criação do instituto, está a construção de obras públicas de vulto, no início do século 20, fazendo com que a engenharia nacional e paulista, no bojo do empreendedorismo dos “barões do café”, adquirisse um novo patamar no cenário nacional.

A história da engenharia no Brasil remonta ao período colonial, quando dom João VI criou a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792, com fins exclusivamente militares. A Real Academia deu origem à atual Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, primeira escola de engenharia do país.

Homenagem ao Instituto de Engenharia

Em sessão solene realizada pela manhã, a Assembléia Legislativa homenageou no dia 18 de agosto

de 2006, no auditório Franco Montoro, o Instituto de Engenharia (IE), pela comemoração do 90º aniversário da entidade. Segundo o presidente do IE, Eduardo Lafraia, momentos como aquele do qual estavam participando serviam para relembrar a história e os feitos dos antecessores.

O presidente do IE frisou, no entanto, que o instituto tem também um compromisso com o futuro, alertando que “o Brasil precisa crescer exponencialmente”. Lafraia afirmou ainda que os membros do IE o integram apenas por convicção, pois não há qualquer norma que os obrigue a associar-se ao instituto.

Lafraia destacou também a participação do IE não só em obras de engenharia mas também em importantes discussões nacionais, como a luta pela instituição do voto tal como

ele é atualmente – geral, direto e secreto –, a recente redemocratização do país e os novos rumos da economia globalizada. “A mudança da sociedade brasileira se dá com a participação da própria sociedade. E o Instituto de Engenharia participa desse processo desde a sua fundação”, destacou o presidente. Além de parlamentares e autoridades estaduais e municipais, cerca de cem engenheiros estiveram presentes à solenidade, inclusive seis ex-presidentes do instituto, entre eles Carlos Eduardo Gonçalves, que destacou sua alegria por estar retornando à sede do Parlamento paulista depois de aproximadamente 40 anos. Gonçalves participou do projeto de construção do Palácio 9 de Julho.

O ex-presidente lembrou ainda a participação do IE – e a dele próprio – na Revolução Constitucio-

nalista de 1932, quando a entidade “organizou as delegacias técnicas, comandadas e dirigidas pelos engenheiros”. Segundo Gonçalves, essas delegacias, “além de fabricarem artefatos e munições, eram responsáveis pela logística das operações militares, pela organização da retaguarda, pelas comunicações, pelos suprimentos e pela mobilização da indústria”. “Também contribuíram com o sangue derramado por seus heróis.”

Eduardo Lafraia informou que para marcar seu 90º aniversário de fundação, o IE estava promovendo um concurso para a criação do selo comemorativo da data. O vencedor receberia o Prêmio Francisco Paula Souza, instituído pelo IE em homenagem ao primeiro presidente da entidade. ■



Instituto de Engenharia comemorou, em 2006, 90 anos

Engenheiros do Metrô

Um dos mais eficientes meios de transporte público de São Paulo, o Metrô tem na associação de seus profissionais de engenharia um dos parceiros da Assembléia



O protocolo de intenções com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp) foi assinado em 20 de setembro de 2005, durante a abertura da 11ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, que contou com a presença do presidente do Legislativo paulista, Rodrigo Garcia. Como presidente da Comissão de Transportes e Comunicações, Garcia já participara de edições anteriores do evento.

A Aeamesp, presidida por Manoel da Silva Ferreira Filho, é uma entidade que agrega engenheiros, arqui-

tetos e outros profissionais de curso superior pertencentes ou que tenham pertencido ao quadro de empregados da Companhia do Metropolitan de São Paulo (Metrô), ou cuja atividade profissional se relacione com a área. Criada em 1990, a associação visa difundir, representar e valorizar a tecnologia metroferroviária, nacional e internacionalmente, e promover a qualidade técnica de seus filiados, bem como representá-los perante empresas, órgãos e institutos da comunidade científico-tecnológica. ■



Foto: Metrô

Associação pretende valorizar a tecnologia metroferroviária (na foto, obras da estação Klabin do metrô)

Representação sindical

Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo assinou protocolo de colaboração com o Parlamento paulista em agosto de 2005



Construção civil, um dos principais segmentos da engenharia

O protocolo de intenções com o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) foi firmado em 10 de agosto de 2005. Desde sua fundação, em 1934, até o final dos anos 1970, o sindicato limitava-se a prestar serviços assistenciais (como o atendimento odontológico e médico ambulatorial) e de representação junto aos órgãos públicos. Em 1976, in-

dicou um representante para o Conselho Consultivo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e, em 1977, fez o primeiro dissídio coletivo.

A partir de 1980, o Seesp inovou a sua atuação, adotando políticas e ações em defesa da categoria, da engenharia nacional e das grandes questões sociais. Nasceu naquele ano o Movimento Pró-Sindicalização dos Engenheiros e, desde então, o sindicato vem aprimorando sua capacidade de mobilização. Com a crise dos anos 1990, a entidade direcionou seus esforços para a colocação profissional da categoria, a reciclagem tecnológica e o apoio ao profissional autônomo. Passou a defender também um projeto nacional de desenvolvimento sustentado na engenharia e na tecnologia nacionais.

Desde 2001, as campanhas salariais resultaram em acordos e convenções coletivas que beneficiaram cerca de 100 mil engenheiros em todo o Estado. O atual presidente do Seesp é Murilo Celso de Campos Pinheiro. ■

Planejamento e consultoria

Empresas de engenharia e arquitetura consultiva, reunidas no Sinaenco, vão trocar propostas e experiências com o Parlamento de São Paulo



Sinaenco reúne empresas que atuam em engenharia e arquitetura, na área consultiva

Criado em 1988, no ano seguinte o Sindicato Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva passou a incorporar também a arquitetura, dando origem ao Sinaenco. Ele reúne cerca de 10 mil empresas no país e possui unidades regionais nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul,

Santa Catarina e São Paulo.

As empresas que atuam na área da arquitetura e engenharia consultivas desenvolvem, entre outras, atividades de projetos, planejamento, gerenciamento de obras e empreendimentos.

O atual presidente estadual do Sinaenco é João Antonio Del Nero. O presidente nacional é José Roberto Bernasconi. ■

Avaliações e perícias

Entidade de caráter nacional, que agrega profissionais e empresas com atuação no setor de avaliação e perícias de engenharia, também é parceira da Assembléia



Ibape reúne profissionais que realizam perícias e avaliações no setor de engenharia

O Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape) é a entidade de caráter nacional que reúne institutos estaduais constituídos por engenheiros, arquitetos, agrônomos e empresas que atuam na área de avaliações e perícias de engenharia.

Oriundo da união, em 1995, en-

tre a Associação Brasileira de Entidades de Engenharia de Avaliações e Perícias e o antigo Ibape, o instituto tem por objetivos incentivar e apoiar o Judiciário e as entidades estaduais, promover intercâmbio, difusão de informações e avanços técnicos, elaborar normas, defender interesses profissionais e promover cursos de formação, entre outros.

O atual presidente do Ibape é o engenheiro Tito Lívio Ferreira Gomide. ■



Promover intercâmbio, difusão de informações e avanços técnicos é um dos objetivos do Ibape

Participação do cidadão

O fortalecimento da participação da população nas decisões do Legislativo levou à formação de parcerias com entidades que atuam na área de defesa da cidadania, entre elas a Abeta



Convênio com a Abeta, assinado em maio de 2006, é oportunidade para participação da sociedade

Para a Associação Brasil Transparente (Abeta), o convênio assinado em 12 de maio de 2006 representa a possibilidade de atuar no processo legislativo com sugestões, discussão e acompanhamento das deliberações. Ligada à maçonaria, a enti-

dade tem caráter filosófico, educacional e político. Para seu presidente, Francisco Silveira Mello, essa parceria é uma “excelente oportunidade que a sociedade tem para participar, de forma efetiva, transparente e democrática, do proces-

so legislativo”. Discutir e opinar sobre propostas em tramitação ou simplesmente sugerir a criação de projetos que possam melhorar a qualidade de vida em São Paulo é de grande valia, opina Mello.

Com a assinatura do convênio, Mello espera que se abra um caminho para os maçons apresentarem propostas e sugestões aos parlamentares. Ele disse que “a associação tem desenvolvido importantes trabalhos em todas as localidades onde há lojas maçônicas”.

Para o deputado Salim Curiati, que teve a iniciativa na celebração desse protocolo, “trata-se de mais um meio de a sociedade trazer suas demandas ao Parlamento”. É comum a comunidade deixar de reivindicar suas aspirações, “muitas vezes por falta de mecanismos como esse”, concluiu o parlamentar.

À ocasião da assinatura, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia, ressaltou a importância de buscar parcerias com organizações não governamentais. “O papel do Legislativo é mediar conflitos e expectativas da população, função que só se torna possível com a participação da sociedade civil organizada. Sem ela, seria impossível que apenas 94 deputados representassem a expectativa de 40 milhões de pessoas”, afirmou Garcia. “É melhor que os interesses de setores da sociedade sejam trazidos a esta Casa de forma transparente.”

Princípios da Abeta

Segundo Mello, a Abeta está presente em todo o Estado, o que lhe permite “avaliar projetos de inte-

resse da população em todo o nosso território”.

A entidade preconiza a proteção da cidadania, da ordem econômica e da livre concorrência. Também busca a defesa do consumidor, do meio ambiente, do patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

No estatuto da Abeta constam princípios como soberania, progresso da nação brasileira através do aperfeiçoamento moral, intelectual e social da coletividade como um todo.

O aprimoramento dos conceitos das instituições e da democracia, a moralização do Estado nos seus diversos órgãos de poder e esferas independentes, a investigação constante da verdade em todas as áreas da atividade humana e a máxima transparência nas atividades estatais também são itens preconizados pela entidade.

Por fim, o respeito às leis, à moral e ao aprimoramento ético, a prevalência dos interesses públicos coletivos no confronto com os interesses individuais ou corporativos também são ações defendidas pela Abeta. ■



Abeta quer discutir e opinar sobre propostas em tramitação, diz o presidente da entidade



A entidade preconiza a proteção da cidadania, da ordem econômica e da livre concorrência

Desempenho avaliado

Organização que avalia as atividades dos parlamentares destaca a importância da inclusão, no portal da Casa, de informações sobre essas atividades para conhecimento do cidadão



Rosângela, vice-presidente do Voto Consciente: parceria na construção da verdadeira democracia

O movimento Voto Consciente surgiu em 1987, a partir de “um grupo de pessoas insatisfeitas com o rumo da política brasileira que decidiu verificar o que es-

tavam fazendo os políticos eleitos para resolver os complexos problemas coletivos”, afirma a entidade em seu *site*.

Em 27 de outubro de 2005, a As-

sembléia Legislativa e o Voto Consciente celebraram protocolo de intenções com o objetivo de desenvolver estudos sobre a possibilidade de intercâmbio, integração e cooperação técnica para a análise e sugestão de proposições de interesse público, bem como estudos que visem ao aprimoramento do legislativo.

Rodrigo Garcia considerou a assinatura do protocolo uma demonstração da importância atribuída ao movimento. “Sabemos que é fundamental a participação da sociedade para o fortalecimento da democracia. A sociedade está cada vez mais complexa, tornando ainda maior o desafio de criar uma cultura de participação. E o Voto Consciente tem importante papel nesse processo”, declarou.

Segundo representantes do Voto Consciente, a assinatura do protocolo está de acordo com os objetivos propostos pela entidade, de cobrar dos representantes políticos o compromisso com as causas públicas, atuando junto aos legisladores no direcionamento das políticas, elaboração de leis e atuação nos governos locais.

Canais necessários

O movimento Voto Consciente é uma entidade cívica e apartidária formada por voluntários. A vice-coordenadora geral, Rosângela Torrezan Giembinsky, destaca, entre as atividades desenvolvidas a partir da assinatura do protocolo de intenções, “cursos de formação política

em parceria com o Instituto do Legislativo Paulista, que são uma importante contribuição para a formação política de pessoas interessadas e da população”.

Ela também considera uma conquista, para a sociedade civil, o acesso às informações sobre as atividades da Casa através do portal. “Foi uma iniciativa do Voto Consciente a sugestão da inclusão de informações importantes para o conhecimento do cidadão, que foram incorporadas e aprimoradas pela assessoria técnica da Assembléia”, diz Rosângela.

Além disso, a entidade acompanha os trabalhos parlamentares e tem sistematicamente feito uma avaliação do desempenho dos deputados a partir de critérios próprios.

“Pensamos que todos os canais de aproximação do cidadão e das organizações da sociedade civil com seus representantes políticos são necessários. É um importante caminho a seguir”, avalia Rosângela.

Segundo a coordenadora geral, ao longo de sua atuação o movimento contribuiu com sugestões e idéias para melhorar o nível de participação dos cidadãos na política e, principalmente, para a “formação de pessoas interessadas no acompanhamento do Parlamento, caminhando junto para a valorização do Poder Legislativo”. “O movimento espera que continue a ter o apoio necessário da Assembléia naquilo que é do interesse de todos: a construção da verdadeira democracia”, finaliza Rosângela. ■



O movimento Voto Consciente é uma entidade cívica e apartidária formada por voluntários

Importância do voto

Parceria do IBDC já tem resultados práticos, como os seminários que discutem com jovens do ensino médio a responsabilidade da escolha de candidatos em quem votar



Pluralista, o IBDC incentiva o aprimoramento da cidadania

Uma parceria consolidada. Essa foi a avaliação feita por Márcia Vasconcelos Saab, superintendente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania, sobre o convênio assinado entre o IBDC e a Assembléia Legislativa. Firmado em 18 de junho de 2001, o protocolo de intenções já atravessou a gestão de três Mesas Diretoras. Ele prevê a realização conjunta de atividades, projetos e eventos voltados para a difusão da cidadania e dos valores democráticos.

Márcia afirmou que a Assembléia tem participado ativamente das atividades do instituto, seja ministrando palestras através do Instituto do Legislativo Paulista, seja no apoio logístico, que compreende a cessão de auditórios e plenários para os seminários promovidos pela entidade. Segundo Márcia, o IBDC promoveu, no período pré-eleitoral, palestras para estudantes, “de forma pedagógica e apartidária”, sobre a importância do voto.

A superintendente explica que o IBDC tem por finalidade incen-

tivar parcerias com entidades, empresas, organizações e centros de voluntariado. Ele também propõe a realização de estudos que visem ao aprimoramento do Poder Legislativo como instrumento de promoção da justiça social. Pluralista, o IBDC incentiva a participação de todos que queiram contribuir com o aprimoramento da cidadania e dos valores democráticos no Brasil. Ele se norteia por lemas como “O Estado deve servir ao cidadão”, “Cada cidadão deve exercer sua cidadania em sua plenitude” e “A lei deve ser o instrumento de justiça”. Em relação à área de ensino, a entidade propõe que “cada brasileiro tenha educação básica, cultural e de civilidade”.

Esses princípios democráticos levaram o deputado Dorival Braga, membro da Mesa Diretora no biênio 2001/2003, a destacar a importância do protocolo. “No interior do Estado é mais fácil fiscalizar a ação pública. Já nos grandes centros, parcerias como essa podem viabilizar a interação da sociedade com o poder público”, afirmou.



Márcia, do IBDC: Assembléia tem participado de atividades junto com o instituto

Seminário

Uma das principais atividades mantidas pela parceria Assembléia Legislativa/IBDC é o seminário “A Importância do Voto”, realizado, desde 2002, em todo ano eleitoral, tendo como público-alvo estudantes de ensino médio. O evento conta com o apoio da Secretaria de Estado da Educação e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e a participação de professores da USP, PUC e Faap, especialistas em ciências políticas.

A proximidade das eleições, segundo Paulo Saab, presidente do IBDC, é a melhor época para a realização desses encontros. “O objetivo é sensibilizar o jovem brasileiro com relação à importância e responsabilidade do voto como canal legítimo de participação nas políticas e destinos da nação”, afirmou.

O seminário tem quatro horas de duração. No primeiro painel, com a participação dos professores, são

tratados aspectos básicos do atual sistema político, o direito e a obrigação do voto e a importância de uma escolha consciente. No segundo, é formada uma mesa de discussões com representantes de partidos políticos e a abertura de debates com os participantes.

O desembargador Paulo Henrique Barbosa Pereira, presidente do

TRE, afirmou na mais recente edição do evento, realizada em setembro último, que o seminário “é uma forma de conscientização dos deveres e direitos do estudante, essencial para a democracia. Com a cultura política que o jovem adquire, ele aprende a ter responsabilidade sobre os destinos do país, do Estado e do município”. ■



Paulo Saab, presidente do IBDC

Defesa do contribuinte

Um dos parceiros da Assembléia, o Codecon foi criado para planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de defesa do contribuinte

A parceria da Assembléia Legislativa com o Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (Codecon), firmada em 9 de agosto de 2005, buscou desenvolver o intercâmbio, a integração e a cooperação técnica entre as duas entidades. O Codecon foi criado para zelar pela aplicação da lei e aperfeiçoar a relação entre a Fazenda Pública Estadual e os contribuintes. Ele é composto por 18 entidades, representantes do poder público, de setores empresariais e de classe.

Segundo o presidente da Assembléia Legislativa, Rodrigo Garcia, autor do projeto que instituiu o

Código Estadual de Defesa do Contribuinte, o órgão passa a atuar também como colaborador do Poder Legislativo paulista, apresentando sugestões de projetos relativos a assuntos tributários e a outros de interesse público. Assim, o Codecon torna-se um canal para a defesa dos interesses da sociedade.

O Codecon possui o objetivo de planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de proteção ao contribuinte, como consta em seu regimento. Deverá prestar orientação permanente sobre direitos e garantias desses contribuintes, receber e dar andamento a reclamações, consultas e sugestões.

Entre os membros do Codecon estão a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil e Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo. ■



Márcio Olívio Fernandes da Costa, presidente do Codecon, assina o protocolo

Jovens no mercado de trabalho

Parceria deve garantir o aumento do número de jovens com seu primeiro emprego após a inauguração do restaurante-escola, que está sendo construído no anexo do prédio da Assembléia Legislativa



Parceria entre a Assembléia, Prefeitura de São Paulo, Instituto Mensageiros e Afras



Práticas de responsabilidade social empresarial na área de franquias

O mercado de trabalho se abriu para os 60 formandos da primeira turma do projeto Escola Arte Culinária, parceria entre a Assembléia Legislativa, a Prefeitura de São Paulo, a ONG Instituto Mensageiros e a Associação Franquia Solidária (Afras).

O projeto é dirigido para jovens carentes, entre 17 e 21 anos de idade, avaliados pelo Instituto Mensageiros, que recebeu a inscrição de mais de 700 interessados, só para a primeira turma, que se formou em julho de 2006. De acordo com o programa social, na lanchonete-escola da Assembléia, que foi reformada para atender ao projeto, os jovens aprendem funções como chapeiro, garçom, barista e assistente de cozinha, em cursos com a duração de seis meses.

Depois de formados, com aulas técnicas e teóricas, os novos profissionais estão capacitados para atuar em bares, cafés, lanchonetes ou restaurantes. Os estudantes recebem da prefeitura, através das secretarias do Trabalho e do Desenvolvimento e Assistência Social, uma bolsa de R\$ 200.

Entre os critérios de seleção dos jovens, o fator econômico aponta para aqueles situados entre os de maior vulnerabilidade social, com renda *per capita* de meio salário mínimo ou uma renda familiar de até três salários mínimos. Nos mesmos moldes do Restaurante-Escola São Paulo, que funciona na Câmara Municipal da capital, a padaria, a lanchonete, o café e o restaurante-escola da Assembléia serão geridos por organizações sociais conveniadas. A segunda turma dos estudantes da lanchonete-escola já conta com a parceria da Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo, responsável pelas aulas teóricas. Eduardo Graziano, presidente do Instituto Mensageiros, acredita que a lanchonete-escola será uma referência para outros projetos. “Cada vez mais o serviço será aperfeiçoado”, afirma.

Para garantir a inserção dos alunos no mercado de trabalho, a Afras, o instituto e a Assembléia assinaram um protocolo de intenções que, além de afiançar que o projeto ul-

trapasse a capacitação dos alunos, já resultou na contratação da maioria deles, através de empresas como Amor aos Pedacos, China House, China in Box e Fran's Café.

A adesão das empresas, segundo Beno Krivkin, presidente da Afras, representa “o fechamento de um ciclo entre primeiro, segundo e terceiro setores”. Ele avalia que “é importante que o franchising, com toda a sua capacidade de absorver mão-de-obra, contribua com a perspectiva de uma transformação social concreta”. ■

Instituto Mensageiros

Segundo o presidente do Instituto Mensageiros, Eduardo Graziano, o objetivo da entidade, com sede na capital, é desenvolver projetos e ações sociais para promover os direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social. Através de projetos como SOS Bombeiros, Centro de Referência Mensageiros, Só-Riso, Praia Segura, Mar Equipado, Educarte e Escola Arte Culinária são atendidos cerca de 6 mil crianças e jovens por mês. Esse trabalho envolve a participação de 450 profissionais, entre funcionários e autônomos.

Através da parceria que possibilitou a execução do projeto Escola Arte Culinária, o Instituto Mensageiros iniciou o projeto em dezembro de 2005. Em fevereiro de 2006, os primeiros 60 alunos começaram o curso com aulas práticas. Segundo Graziano, quando o projeto se completar, com a implantação do restaurante, padaria e confeitaria, 155 jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal serão capacitados para a inserção no mercado de trabalho.

O Instituto Mensageiros é uma associação civil sem fins econômicos.



Cerimônia de diplomação da primeira turma do projeto, em julho de 2006



Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, falou sobre a parceria na cerimônia de diplomação

Afras

A Associação Franquia Solidária (Afras) tem como objetivo contribuir para a implementação de gestão socialmente responsável no segmento de franquias por meio de divulgação das melhores práticas socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos negócios e a transformação social no país. Beno Krivkin afirma que a Afras deve elevar o índice de responsabilidade empresarial das franquias associadas à Associação Brasileira de Franquias. Cerca de 20% participam de algum tipo de projeto social.

“A Afras tem a função de despertar o empresário quanto à sua parcela de responsabilidade com a sociedade, mostrando quais são os caminhos e facilitando os contatos para desenvolver projetos sólidos. Trata-se de um importante trabalho de conscientização e dire-

cionamento”, explica Eleine Bélaváry, diretora executiva da associação.

O projeto da Afras teve início em novembro de 2004, a partir de uma pesquisa feita pela ABF, para levantar informações sobre o interesse de seus associados em práticas de responsabilidade social empresarial. A associação iniciou suas atividades no ano seguinte, com a adesão de 32 fundadores e de seis empresas mantenedoras.

Outras informações sobre o projeto podem ser obtidas nos portais dos parceiros: Prefeitura do Município de São Paulo, www.prefeitura.sp.gov.br; Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, www.al.sp.gov.br; Associação Franquia Solidária, www.franquia-solidaria.com.br; Instituto Mensageiros, www.institutomessageiros.org.br.



Projeto é dirigido para jovens entre 17 e 21 anos

Parcerias em construção

Protocolos aproximam a Assembléia Legislativa de entidades do mercado imobiliário e da construção civil, como o Creci-SP, que congrega os corretores de imóveis de São Paulo



Para o presidente do Creci, convênio abre as portas do Legislativo para profissionais liberais

Por ocasião da assinatura do convênio entre o Legislativo e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), em 4 de outubro de 2005, o presidente da entidade, José Augusto Viana Neto, declarou que, com essa medida, o Parlamento abria as portas para que representantes de diversas categorias de profissionais liberais interferissem no processo legislativo. “Com nosso conhecimento técnico, poderemos ajudar na elaboração de medidas que sejam do interesse das áreas a que pertencemos”, afirmou.

Para ele, o convênio com a Assembléia é necessário para o próprio desenvolvimento da democracia, uma vez que as casas legislativas costumavam caracterizar-se pela distância do eleitorado. “A partir do momento em que, de qualquer lugar, é possível consultar o andamento dos projetos de lei, a participação tende a crescer e o interesse aumentar”, opinou.

O primeiro Sindicato de Corretores de Imóveis a ser reconhecido foi o do Rio de Janeiro, em janeiro de 1937. Em 1938 surgiu no largo

do Café, perto do marco zero na cidade de São Paulo, a Associação Profissional dos Corretores de Imóveis. A carta patente do Ministério do Trabalho veio em 1942.

Em 1940 a profissão já era organizada e reconhecida pela sociedade. Os corretores eram segurados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, pagando seguro anual obrigatório. E o poder público já reconhecia como oficiais as avaliações feitas pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis.

Em 1942 foi expedida a carta sindical que reconheceu o Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo (Sciesp), depois da quarta diretoria da Associação Profissional dos Corretores de Imóveis. O primeiro presidente (1943-1952) foi José Floriano de Toledo.

No I Congresso Nacional de Corretores de Imóveis, em 1957, no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro, foi elaborado o primeiro projeto de lei para regulamentar a profissão de corretor de imóveis.

Em 1962 foi promulgada a primei-



Conselho dos corretores foi homenageado com sessão solene na Assembléia Legislativa

ra lei da profissão, a de número 4.116. Foram criados os conselhos federal (Cofeci) e regionais. Os Crecis do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Pernambuco (o mais antigo do Nordeste) foram criados na mesma época, logo na primeira reunião do Cofeci.

Sessão solene

Em 2004, no dia 20 de setembro, a Assembléia Legislativa homenageou

em sessão solene os corretores de imóveis do Estado de São Paulo. Presidida pelo deputado Rodrigo Garcia, a sessão reuniu mais de cem profissionais. Garcia afirmou na ocasião que a atuação do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) e do Sindicato de Corretores de Imóveis tinha produzido até então um “salto qualitativo” no exercício da profissão.

A sessão contou ainda com a presença de Orlando A. Filho, presiden-

te do sindicato, que em seu discurso destacou que desde a regulamentação dos serviços de corretagem de imóveis no Brasil, em 1962, a profissão vinha alcançando uma importância cada vez maior. José Augusto Viana Neto, presidente do Creci de São Paulo (2ª Região), saudou a iniciativa do parlamentar e corretor de imóveis Rodrigo Garcia e reiterou o compromisso da categoria com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. ■

Setor imobiliário

Secovi tornou-se um dos parceiros da Assembléia ao assinar protocolo de intenções para troca de propostas e de informações



Representante do setor imobiliário, o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais (Secovi-SP) tornou-se um dos parceiros da Assembléia Legislativa, ao assinar protocolo de intenções para uma parceria de intercâmbio de informações e propostas.

Fundado em 1946, o Secovi representa 40 mil empresas do setor imobiliário e de condomínios do Estado. Esses segmentos, que integram o macrossetor da construção, respondem por cerca de 21% do PIB nacional e pela geração de 9 milhões de empregos diretos e indiretos.

Além desses segmentos, o Secovi também representa aproximadamente 11.200 empresas (de peque-

no, médio ou grande porte) das áreas de administração imobiliária, comercialização, desenvolvimento urbano, loteamentos, incorporação, *flats*, locação e *shopping centers*.

Em sessão solene realizada em 11 de setembro de 2006, a Assembléia Legislativa de São Paulo homenageou os 60 anos de fundação do Secovi-SP. Na ocasião, Romeu Chap Chap, presidente da entidade, lembrou a trajetória do sindicato, citando o trabalho

dos seus antecessores e destacando as principais conquistas do setor imobiliário.

“Em nome dos cidadãos paulistas, a Assembléia reconheceu o valioso trabalho do sindicato em defesa do acesso à habitação, do desenvolvimento urbano, da promoção do emprego e da qualidade de vida, o que é para todos os que atuaram e atuam no Secovi motivo de grande honra”, afirmou Chap Chap. ■



Romeu Chap Chap (3º à esquerda), o presidente Rodrigo Garcia (ao centro) e ex-presidentes do Secovi na sessão solene que homenageou os 60 anos da entidade

Interesses do trabalhador

Alesp e CUT firmam parceria: organismos sindicais também se tornaram parceiros da Assembléia, numa iniciativa que deve propiciar mudanças nas relações de trabalho



A CUT-SP nasceu em 1984, quando a sociedade exigia o fim do regime militar e se mobilizava pela realização da campanha “Diretas Já”

O protocolo de intenções com a Central Única dos Trabalhadores foi assinado no dia 19 de setembro de 2005. A CUT poderá participar da análise de proposições de setores representados pela entidade, como também na área de direito tributário, econômico e do consumidor, além de política industrial. A assinatura ocorreu no Salão Nobre da Presidência, com a presença do presidente Rodrigo Garcia, do 1º secretário, Fausto Figueira, e do 2º secretário, Geraldo Vinholi, e do presidente da CUT-SP, Edilson de Paula Oliveira. Além do presidente da CUT-SP, que considera a cooperação importante para tratar de projetos de interesse do trabalhador, representantes de diversos sindicatos filiados à central (que congrega 350 entidades) também estiveram presentes, como Apeoesp, Sindalesp, Sintap, Sindeps, Sindicato dos Jornalistas, Federação dos Trabalhadores Municipais e SindSaúde.

A CUT-SP nasceu em um dos períodos mais marcantes da história da política brasileira. Fundada em 29 de abril de 1984, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, na época em que a sociedade exigia o fim do regime militar e se mobilizava pela realização da campanha “Diretas Já”. Ao lado dos movimentos sociais, populares, estudantis, partidos de esquerda e dos sindicatos filiados, a CUT-SP atuou na luta pelo avanço da democracia e redefinição dos rumos da política no país.

A defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo são os princípios que norteiam as ações da central. Hoje, a CUT-SP tem 17 subseções e 306 sindicatos filiados, oriundos dos setores público e privado. Possui 973 mil associados e representa 3,5 milhões de trabalhadores em todo o Estado. ■

Estudos sindicais

Parceria entre o Dieese e a Assembléia teve início na sessão solene para comemoração dos 50 anos da entidade



Segundo o presidente do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Carlos Andreu Ortiz, o início da



Parceria amplia potencialidade dos estudos feitos pelo Dieese, avalia Ortiz

interlocução entre o Dieese e a Assembléia Legislativa teve como marco a sessão solene para comemoração dos 50 anos da entidade. Essa atividade permitiu o estreitamento de laços que resultou na assinatura do protocolo de intenções, em 21 de março de 2006, com o objetivo de desenvolver estudos com vistas a intercâmbio, integração e cooperação técnica. Na ocasião, Ortiz enfatizou que o fato de o Dieese abrigar várias tendências sindicais e partidárias facilitaria os trabalhos com o Legislativo. O presidente da Assembléia, Rodrigo Garcia, definiu a entidade como um instrumento de manifestação da sociedade civil organizada, cuja influência nos trabalhos legislativos é fundamental. Pouco depois, em 27 de abril, o coordenador de desenvolvimento e estudos do Dieese, Ademir Figueiredo, realizou palestra no seminário “Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Participação dos Trabalhadores”, promovi-



Protocolo de intenções com o Dieese foi assinado em março de 2006

do pelo Parlamento paulista, em comemoração ao Dia do Trabalho. O órgão também iniciou a divulgação, para os sócios, de projetos, cursos e seminários promovidos na Assembléia, que sejam de interesse do movimento sindical.

Ortiz acredita que essa parceria é estratégica para o Dieese e para o Parlamento paulista. Ela amplia a potencialidade dos estudos e pesquisas feitos pela entidade, ao colocar os principais resultados desses trabalhos em primeira mão para

aqueles que legislam em nome da sociedade. Também é fundamental para os associados conhecerem trabalhos e projetos em andamento, para contribuírem e aprenderem com essas iniciativas.

Além disso, poderão trabalhar com parlamentares e suas assessorias na construção de seminários sobre temas de interesse comum, bem como desenvolver parcerias para desenvolvimento de estudos e pareceres que subsidiem a elaboração de projetos sociais.

Criado pelo movimento sindical em 1995, o Dieese desenvolve atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação nos temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios que a realidade coloca para a organização dos trabalhadores brasileiros. É uma entidade civil sem fins lucrativos, mantida pela contribuição das entidades filiadas, que representam todas as correntes do movimento sindical brasileiro. ■

Colaboração consultiva

Com unidades regionais nos principais municípios paulistas, sindicato das empresas de serviços contábeis e assessoramento tornou-se um dos parceiros da Assembléia



Unidades regionais nas principais cidades do Estado

Uma das entidades parceiras do Parlamento paulista é o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), fundado em 1949.

Entre os objetivos do Sescon-SP estão representar perante as entidades de direito público ou privado os interesses gerais de seus filiados; celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como defender em dissídios coletivos as cate-

gorias econômicas representadas; colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias que representa; colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; e promover convênios técnico-operacionais com entidades em geral.

O sindicato mantém unidades regionais nas principais cidades do Estado. O atual presidente do Sescon-SP é Antonio Marangon. ■



Um dos objetivos do Sescon é colaborar com o Estado como órgão técnico e consultivo

Inclusão social

Troca de informações gerais e técnicas tem caracterizado o intercâmbio entre a Assembléia e o Sindsaúde

O protocolo assinado com o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaúde), em 22 de março de 2006, tem a finalidade de estabelecer relação institucional que vise à avaliação técnica de temas de interesse público.

Célia Regina Costa, presidente do sindicato, lembrou, na ocasião, que os funcionários da saúde exercem papel fundamental na inclusão social promovida por um dos mais importantes sistemas de saúde do

país, o SUS, e que o convênio com a Assembléia integra os parlamentares e os servidores do setor.

Rodrigo Garcia afirmou que o protocolo com o Sindsaúde deve se transformar numa relação de institucionalização com o sindicato. A iniciativa permitiu que o sindicato seja informado sobre a tramitação de projetos de seu interesse, bem como emitir opiniões sobre essas matérias, uma vez que cabe ao Parlamento instrumentalizar seus integrantes com informações que aprimorem a apreciação de projetos. A participação da entidade vem se efetivando através da troca de informações gerais e técnicas necessárias à elaboração e apreciação das proposições em discussão no Legislativo paulista.

O sindicato foi fundado em 1988. Ao longo desses anos, participou de movimentos em defesa da categoria, por melhores salários e condições de trabalho, pela criação e incorporação de gratificações gerais e específicas e contra as reformas administrativa e da previdência. ■



Temas de interesse da população estarão em pauta no convênio Assembléia/Sindsaúde

Crescimento econômico

Trabalho conjunto entre a Assembléia e o Ciesp visa desenvolver análises e sugestões sobre tributação, economia, direito do consumidor e política industrial

O convênio assinado em 16 de agosto de 2005 pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) efetivou uma parceria com a finalidade de desenvolver estudos quanto à possibilidade de intercâmbio, integração e cooperação técnica entre as instituições e o Parlamento. O trabalho conjunto visa desenvolver análises e sugestões de proposições em direito tributário, econômico e do consumidor, em política industrial e em outros assuntos de interesse público.

A cerimônia da assinatura aconteceu na sede do Ciesp, com a presença do presidente da Assembléia, deputado Rodrigo Garcia, do presidente do Ciesp, Cláudio Vaz, e diversos diretores da entidade parceira. O presidente do Ciesp falou sobre o programa Gestão Municipal Interligada, desenvolvido pela Unesp, em Lençóis Paulista, com cadastramento, e que deu certo na questão das empresas e do auxílio-creche. Coube à entidade difundir o uso do sistema.



Assembléia participou do I Fórum Industrial das Cadeias Produtivas do Vale do Ribeira, organizado pelo Ciesp (na foto, Cláudio Vaz, o 2º à esquerda, presidente da entidade)

Fórum industrial de Registro

Menos de quatro meses depois de assinado o protocolo de intenções com o Ciesp, no dia 9 de dezembro de 2005, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia, e o deputado Arnaldo Jardim participaram da abertura do I Fórum Industrial das Cadeias Produtivas do Vale do Ribeira, em Registro. Na cerimônia,

Garcia manifestou sua expectativa de que o encontro resultasse em um diagnóstico das questões mais importantes da região.

O prefeito de Registro, Clóvis Vieira Mendes, disse que o fórum, além de promover uma ampliação dos negócios na região, visava atrair intervenções necessárias do governo do Estado, do Poder Legislativo e do Centro das Indústrias do Es-

tado de São Paulo (Ciesp). As ações desses atores eram, na avaliação de Mendes, fundamentais para acelerar o fim de um estigma que acompanha a região do Vale do Ribeira como uma das mais pobres do Estado. O prefeito avaliou o encontro como uma possibilidade de incremento do emprego e da renda na região e citou a cadeia produtiva do búfalo, que, apesar de relativamente nova, já era uma realidade. As cadeias produtivas compreendem um conjunto de agentes econômicos e políticos. As relações que estes estabelecem para atender às necessidades dos consumidores envolvem a fase de produção agropecuária ou florestal, predominantes na região. Com essas características, as cadeias produtivas que atuam no Vale do Ribeira contemplam agricultores que podem agregar valor ao seu produto, tornando-o mais atraente e competitivo. O prefeito de Sete Barras e presidente do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (Codivar), Miro Kabata, disse que a região ansiava que a “Carta de Registro”, documento elaborado a partir das reivindicações dos municípios do Vale do Ribeira, fosse um instrumento para nortear a política de investimentos em setores que pudessem gerar desenvolvimento, como a agricultura e o turismo. O deputado Arnaldo Jardim destacou a coerência na escolha dos participantes da mesa de debates

do fórum, por reunir um grupo conhecedor dos problemas da região e comprometido com seu desenvolvimento. O parlamentar falou ainda da importância da compensação financeira aos municípios com área de preservação.

Fórum industrial em Jaú

No dia 19 de maio de 2006, a Assembleia Legislativa participou do 1º Fórum Industrial das Cadeias Produtivas de Jaú e Região, realizado na sede local do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Representou a instituição no encontro o presidente Rodrigo Garcia. Também esteve presente o deputado Pedro Tobias, que elogiou a iniciativa do fórum como um mecanismo importante para debater os problemas e os potenciais socioeconômicos da região. Patrocinado pela Regional de Jaú do Ciesp, pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social da Região de Jaú e pela Assembleia Legislativa, o 1º Fórum Industrial das Cadeias Produtivas de Jaú e Região visou debater aspectos do desenvolvimento econômico e industrial do meio-oeste paulista.

A ênfase do debate foi dada às cadeias de produtos florestais, madeireiros e não-madeireiros, móveis, couros e calçados e ao turismo regional, “de extrema importância diante dos problemas e desafios que a região precisa enfrentar”, escreveu Carlos Cavalcanti, econo-

mista-chefe do Ciesp, para o jornal eletrônico *Comércio do Jabu*. Segundo o economista, “a transferência de empresas para o interior não impediu que a concentração, a diversificação, a integração e a complementaridade continuem sendo marcas do desenvolvimento industrial do Estado”.

Estiveram presentes também no 1º Fórum Industrial de Jaú o diretor regional do Ciesp local e presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social da região, Hamilton Chaves; o presidente do Ciesp, Cláudio Vaz; o prefeito de Jaú, João Sanzovo Neto; o secretário-adjunto da Agricultura e Abastecimento do Estado, Carlos Nabil Ghobril, e o presidente da Câmara Municipal de Jaú, José Carlos Borgo.

O presidente do Ciesp, Cláudio Vaz, disse que o compromisso da entidade com a região é estar presente e apoiar com investimentos os diversos setores, lembrando que deve partir da própria região a iniciativa das reivindicações. ■

Educação e competitividade

Atuação da federação das indústrias paulistas vai desde o estímulo e a assessoria à produção até o bem-estar e as atividades culturais voltadas para a comunidade



Paulo Skaf, presidente da Fiesp: defesa da iniciativa privada e da economia de mercado

Uma das principais interlocutoras do setor produtivo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende a iniciativa privada e a economia de mercado. Representa 132 sindicatos patronais, que correspondem a aproximadamente 150 mil indústrias, de todos os portes e das mais diferentes cadeias produtivas.

A entidade conta com nove Conselhos Superiores Temáticos, coordenados pelo Instituto Roberto Simonsen (IRS), que traçam diretrizes para os trabalhos dos departamentos de Pesquisas e Estudos Econômicos, Relações Internacionais e Comércio Exterior, Infra-Estrutura, Meio Ambiente, Competitividade e Tecnologia e o Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria. Em todo o Estado de São Paulo, a Fiesp é representada por 51 diretorias regionais, além de contar com comitês para setores econômicos específicos.

A Fiesp, o Instituto Roberto Simonsen (IRS) e as sedes dos departamentos regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Indus-

trial (Senai-SP) e do Serviço Social da Indústria (Sesi-SP) formam o Sistema Fiesp, núcleo de inteligência e centro provedor de soluções e serviços à indústria, cujo orçamento anual é da ordem de US\$ 650 milhões. O sistema cobre quase a metade dos 645 municípios paulistas. Na rede Sesi e Senai, os investimentos no exercício fiscal de 2006 atingem US\$ 100 milhões. Ambas as instituições constituem ainda oportunidade de carreira e crescimento profissional para 14.048 funcionários, dos quais cerca de 8 mil são instrutores, docentes ou orientadores pedagógicos. A maior rede de ensino privado do país, com 211 unidades escolares, o Sesi-SP proporciona educação em regime integral para 125 mil estudantes, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Também é possível fazer simultaneamente, a partir do segundo ano, o ensino médio junto com um curso profissionalizante do Senai. O Sesi-SP oferece aos alunos e à comunidade serviços de saúde, alimentação e nutrição, cursos de geração de renda, atividades esportivas e de lazer, além de intensa atividade cultural em seus teatros e 51 Centros de Atividades. Paralelamente, facilita às empresas o exercício das práticas de responsabilidade social, levando para o interior das fábricas programas que visam assegurar qualidade de vida ao trabalhador. Também mantém o Centro de Reabilitação, em São Paulo, dotado de equipamentos es-

peciais de readaptação e equipes multidisciplinares para atendimento e recuperação de pacientes.

Competitividade

Entre as diversas ferramentas oferecidas à indústria, para elevação dos padrões de competitividade, está a formação de profissionais qualificados para a indústria através do Senai-SP, que dispõe, no Estado de São Paulo, de uma rede com 84 centros de formação profissional, 68 escolas móveis e 29 laboratórios, dotados de recursos didáticos. O organismo também prepara e capacita pessoal em gestão de tecnologia e sistemas ambientais, por meio de cursos técnicos (nível médio) e de nível superior e pós-graduação. Mediante convênio com cinco instituições financeiras, a Fiesp criou as Salas de Crédito, que permitem ao empresário, num só ambiente, optar entre diferentes ofertas de financiamento, a taxas de juro competitivas. Além disso, a rede de laboratórios do Senai-SP tem como papel preponderante aumentar o poder de competitividade da indústria, por meio de serviços técnicos especializados. Os laboratórios estão presentes em 15 cidades, abrangendo 20 setores industriais. O Sistema Fiesp também desenvolve programas de melhorias de desempenho de gestão empresarial em oito arranjos produtivos locais (APLs), por meio de ações integradas com entidades públicas e privadas, nos setores de cerâmica, móveis, jóias e confecção de enxovais de

cama, mesa e banho. Iniciado em 2003, o programa tem gerado ganhos expressivos de produtividade, com aumento nas vendas e elevação do índice de valor agregado por pessoal ocupado.

Para permitir às empresas industriais melhor posicionamento competitivo, a Fiesp disponibiliza ferramentas de apoio, tais como os bancos de dados setoriais com indicadores econômico-financeiros e de competitividade, além de um autodiagnóstico de qualidade, programa para elaboração de plano de negócio e um painel demonstrativo de todas as linhas de crédito existentes no Brasil para a indústria. O Programa Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT) oferece um diagnóstico gratuito para a empresa sobre as possibilidades de melhoria na gestão do seu negócio.

O atendimento à micro e pequena empresa e o incentivo a novos empreendimentos industriais têm recebido atenção do Sistema Fiesp. Os serviços e ferramentas destinados às MPEs cobrem extensa gama de iniciativas, que vão desde a oferta de cursos de capacitação e gestão empresarial até a assessoria jurídica, sindical e trabalhista.

Os Núcleos de Desenvolvimento Empresarial (Incubadoras), administrados pela Fiesp, em parceria com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae-SP) e prefeituras, constituem, por sua vez, uma das mais bem-sucedidas estratégias ao desenvolvimento regional. ■

Biodiversidade brasileira

Associação de âmbito nacional procura fortalecer o uso sustentável de ingredientes da biodiversidade brasileira na produção do setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos



João Carlos Basilio da Silva,
presidente da Abihpec

ABIHPEC
sipatesp

Para estimular o crescimento da indústria nacional, associação mantém vínculos com organismos brasileiros e internacionais

Fundada em 27 de abril de 1995, a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) representa, nacional e internacionalmente, empresas relacionadas à produção, promoção e comercialização de produtos acabados e insumos destinados aos cuidados pessoais. Para isso, mantém estreitos vínculos com sindicatos representativos de áreas afins, autoridades e associações nacionais, uniões econômicas internacionais e organismos de outros países.

Com mais de 320 associados, representando 94% das empresas brasileiras do setor, a Abihpec apresenta, entre seus objetivos, fazer com que as indústrias instaladas no Brasil trabalhem com maturidade, se auto-regulem e tenham credibilidade, com produtos competitivos e reconhecidos no mercado. “Queremos fortalecer os diferenciais da indústria nacional com a divulgação do uso sustentável de ingredientes da biodiversidade brasileira na fabricação de produtos do setor, além de zelar e estimular o elevado relacionamento ético entre empresas, clientes e fornecedores”,

propõe a entidade.

O trabalho da Abihpec é uma extensão, em caráter nacional, das atividades exercidas pelo Sindicato da Indústria de Perfumaria e Artigos de Toucador no Estado de São Paulo (Sipatesp). O sindicato foi fundado em 1941 e, por força de lei, tem atuação restrita: cabe a ele celebrar anualmente a convenção coletiva de trabalho anual, para as empresas situadas no Estado de São Paulo.

A diretoria da entidade é composta por 18 membros, que atuam com o suporte técnico dado por grupos de trabalho compostos por elementos pertencentes aos quadros das empresas associadas. A Abihpec, cuja sede fica em São Paulo, é atualmente presidida por João Carlos Basilio da Silva, que cumpre seu quarto mandato à frente da entidade.

Seguindo as premissas dos protocolos de intenções, a Assembléia Legislativa promoveu recentemente, com o apoio da Abihpec e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, o seminário “Inovação Tecnológica: Desafios, Oportunidades e Perspectivas”. ■

Parceria com a Fecomércio

O objetivo do termo firmado com a Fecomércio é promover estudos que visam o aprimoramento das propostas que tramitam no Parlamento



Abram Szajman (ao centro), presidente da Fecomércio, na assinatura do termo de cooperação

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e o presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, assinaram o termo de cooperação em 27 de setembro de 2005. O objetivo do termo é promover estudos que visam o atri-

moramento das propostas que tramitam no Parlamento, propiciando a participação das entidades ligadas à Fecomércio.

Criada em 1938, a Fecomércio congrega 147 sindicatos patronais dos setores de comércio e serviços, totalizando cerca de 600 mil empresas, responsáveis por gerar 5 milhões de empregos. Elas representam aproximadamente 40% do mercado nacional de varejo e serviços, correspondendo a cerca de 10% do Produto Interno Bruto brasileiro.

O principal objetivo da Fecomércio é estimular o crescimento empresarial e o desenvolvimento das pequenas e microempresas, defendendo a livre iniciativa. Seu foco de ação se concentra na geração de negócios em nichos específicos do mercado. ■

Águas minerais

Debate sobre a exploração econômica dos recursos hídricos leva a Associação Brasileira da Indústria da Água Mineral a se aproximar da Assembléia



Lancia: “Parceria tem perspectiva ampla”

O debate sobre as fontes de águas minerais e a regulamentação de sua exploração no Estado de São Paulo, dentro de um contexto de preservação ambiental, foi um dos objetivos do convênio assinado em 5 de agosto de 2005 com a Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam) e o Sindicato da Indústria da Água Mineral (Sindinam), presididos por Carlos Alberto Lancia.

“A parceria tem para nós, envasadores de água mineral, uma perspectiva muito mais ampla do que um simples protocolo de intenções. A possibilidade de interagir diretamente com a Casa legislativa paulista nos abre a possibilidade de externar, para a sociedade e para os parlamentares, a realidade do nosso setor”, afirma Lancia.

Ele destaca que, embora o Brasil disponha de cerca de 15% dos recursos hídricos mundiais, a maioria dos rios está poluída e a falta de água de qualidade já afeta diversas regiões. “Nesse cenário, cresce em importância a indústria de águas mine-

rais, não apenas porque o país detém 30% das reservas mundiais desse produto, mas sobretudo porque essa é a única atividade em que a preservação dos mananciais é exercida com absoluto rigor, até mesmo como condição de sobrevivência das empresas envasadoras”, avalia Lancia.

Em entrevista concedida durante a assinatura do protocolo de intenções, Lancia pediu a redução do ICMS do setor de 18% para 12%. Segundo ele, 41% do valor cobrado pela água é referente a impostos. “Com uma carga tributária mais justa poderemos gerar mais empregos e incentivar novas estações hidrominerais”, disse. O setor emprega, em São Paulo, 200 mil trabalhadores diretos.

A Abinam foi criada em 1947, no Rio de Janeiro, para defender os interesses das indústrias brasileiras do setor. Em conjunto com o Sindicato Nacional da Indústria de Águas Minerais, busca o desenvolvimento técnico da indústria brasileira do setor. ■

Benefícios para microempresas

Frente parlamentar para defesa das pequenas e microempresas foi um dos resultados práticos do protocolo firmado com o Sebrae-SP



Assembléia/Sebrae: parceria em favor das pequenas e microempresas

O protocolo de intenções com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae - SP) foi assinado em 2004. Na avaliação da entidade, essa parceria influenciou positivamente nas decisões e na criação de legislação favorável para o setor. A iniciativa previu a assessoria em assuntos de legislação, questões tributárias, tecnologia e meio ambiente, pelo lado da Assembléia, enquanto a equipe do Sebrae-SP subsidiaria os membros das comissões permanentes e temporárias, as frentes parlamentares e o então ativo Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado com informações técnicas, além de alimentar e atualizar banco de dados pertinente ao tema e promover debates, seminários e eventos. Segundo o Sebrae-SP, entre os resultados do convênio está a criação da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, coordenadas pelos deputados Rodrigo Garcia, Vanderlei Macris e Vicente Cândido, bem como a re-

alização de debates, seminários e audiências públicas sobre as pequenas e microempresas. A parceria também foi importante no fortalecimento das iniciativas propostas pelo Conselho Estadual das Micro e Pequenas Empresas, criado pelo governo estadual. A entidade participou ainda das ações da Frente Parlamentar do Cooperativismo Paulista (Frencoop) e do levantamento e consolidação da legislação de interesse das micros e pequenas empresas na Assembléia Legislativa.

O Sebrae-SP está renovando seu protocolo de cooperação e poderá ser parceiro da Assembléia Legislativa na criação do Prêmio Vereador Empreendedor, que identificará e valorizará os vereadores que criaram projetos e leis de estímulo às pequenas empresas nos municípios paulistas. Para Silvério Crestana, gerente de Políticas Públicas do Sebrae-SP, a continuidade da parceria é muito importante para a realização das políticas públicas de apoio às pequenas e microempresas.



Evento na Assembléia reuniu deputados e representantes do Sebrae-SP

O Sebrae é uma sociedade civil sem fins lucrativos cujo objetivo é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pe-

queno portes. Sua receita principal advém da contribuição das empresas, em média 0,6% sobre a folha de pagamento recolhida pelo INSS. Esses recursos somam aproxima-

damente R\$ 840 milhões, dos quais 65% são aplicados diretamente nas programações orçamentárias das unidades estaduais. ■



Micros, pequenas e médias empresas de São Paulo...



...são o alvo do Sebrae, que investe nelas por meio de cursos e de apoio à infra-estrutura

Leis atualizadas

Protocolo de cooperação entre a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Poder Executivo e o Ministério Público permitirá organizar o arcabouço jurídico do Estado

São tantas as leis estaduais que nem mesmo advogados e juristas – os chamados “operadores do direito” – têm como conhecê-las ou pesquisá-las, tanto em razão do número quanto da falta de siste-

matização desse material.

Para o trabalho de consolidação das leis, a Assembléia uniu-se, por meio de protocolo de intenções assinado em 5 de outubro de 2005, ao Tribunal de Justiça, ao Poder



Equipe da Assembléia Legislativa responsável pelo trabalho de consolidação, feito no Departamento de Documentação e Informação

Executivo e ao Ministério Público. Na mesma cerimônia, o presidente da Assembléia, Rodrigo Garcia, e os secretários da Mesa, Fausto Figueira e Geraldo Vinholi, assinaram o ato criando o grupo de trabalho formado pelos parlamentares responsáveis pela execução da consolidação.

Na ocasião foi entregue a cada um dos representantes uma cópia do anteprojeto de revogação de cerca de 3.500 leis superadas e uma cópia do anteprojeto de adaptação da Constituição Estadual à Federal, já modificada por 47 emendas.

Pela primeira vez em São Paulo “temos a cooperação dos três poderes e do Ministério Público com o objetivo de buscar a consolidação da legislação paulista, trabalho que trará benefícios à sociedade”, afirmou Rodrigo Garcia, na ocasião. Para ele, “esse esforço vale uma legislatura” e deve entregar ao Estado um conjunto de leis mais simplificado e compreensível.

O Estado de São Paulo tinha cerca de 25 mil leis, desde o tempo do Império, sobre todos os assuntos que dizem respeito à organização da sociedade paulista. A consolidação não se restringirá a reuni-las por assunto. A reunião das leis gera um novo texto legal, com uma nova lógica de organização, fusão de dispositivos análogos, supressão daqueles revogados ou declarados inconstitucionais e, até mesmo, atualização da linguagem. Na revisão, novas leis são incorporadas à consolidação existente e podem ser revogados dispositivos, pois a intenção não é organizar a



Em 2005, Legislativo, Executivo e Judiciário assinam parceria para o trabalho que vai reorganizar a legislação paulista

legislação, mas atualizá-la.

Na Assembléia Legislativa, a tarefa está a cargo da Comissão de Constituição e Justiça e do grupo suprapartidário da consolidação. Foi firmado convênio com a Fundação Arcadas, ligada à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, para o trabalho de sistematização e apresentação de uma proposta de anteprojeto de lei sobre meio ambiente, um dos temas abordados.

Já foram revogadas cerca de 3.300 leis relativas ao período de 1891 a 1947 e mais de 2.900 decretos-leis editados de 1938 a 1947 (a figura do decreto-lei não existe mais: era uma espécie de medida provisória com força de lei ordinária). Existem na Assembléia sete projetos de lei e de lei complementar em tramitação que revogam a legislação superada de 1947 a 1972, abrangendo leis ordinárias, leis complementares, decretos-leis e decretos-leis complementares, além de leis e decretos-leis sem número.

Os anteprojeto feitos pela equipe

de técnicos da Assembléia Legislativa têm sido enviados aos outros poderes, ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para conhecimento e avaliação. O trabalho não sofreu reparos. Os critérios escolhidos e sua adoção vêm tendo acerto de 99%. Em cerca de 6 mil revogações, não houve mais do que seis emendas de supressão de itens, ou seja, apenas um milésimo do levantamento foi questionado. Mesmo esses itens, cuja revogação era duvidosa e por isso acabaram sendo retirados dos projetos, poderão ser avaliados novamente quando da análise temática.

A legislação paulista organizada e atualizada está disponível no portal da Assembléia Legislativa. Ali, o usuário encontra informações sobre a legislação em vigor e a legislação revogada, bem como sobre os projetos em tramitação na Casa, além de outros esclarecimentos e notícias. Já há agrupamento por assunto, o que facilita a pesquisa. ■

Capacitação profissional

Protocolo de intenções assinado com o Senado Federal é um exemplo de parceria com órgãos do poder público: o objetivo é aperfeiçoar as atividades do Parlamento paulista



Convênio proporcionou a instalação do Canal ILB na Assembléia, destaca Madruga

Com a finalidade de melhorar a capacitação de seus funcionários, a Assembléia assinou em 2003 um protocolo de intenções com o Senado Federal. Ao mesmo tempo, o protocolo buscava o intercâmbio e a cooperação técnico-científica e cultural entre as Casas, para o desenvolvimento institucional e de recursos humanos.

Em entrevista concedida em agosto de 2006, Florian Augusto Madruga, diretor executivo do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, afirmou que o objetivo da parceria era estender aos funcionários da Assembléia paulista os cursos ministrados pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Pretendia também levar os cursos promovidos pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP) aos funcionários do Senado, possibilitando a troca de experiências para mútuo aperfeiçoamento. O ILB foi criado em 1997 e a Unilegis em 2001, com a finalidade de capacitar permanentemente servidores do Poder Legislativo, num processo contínuo de aprendizado e otimização de recursos.

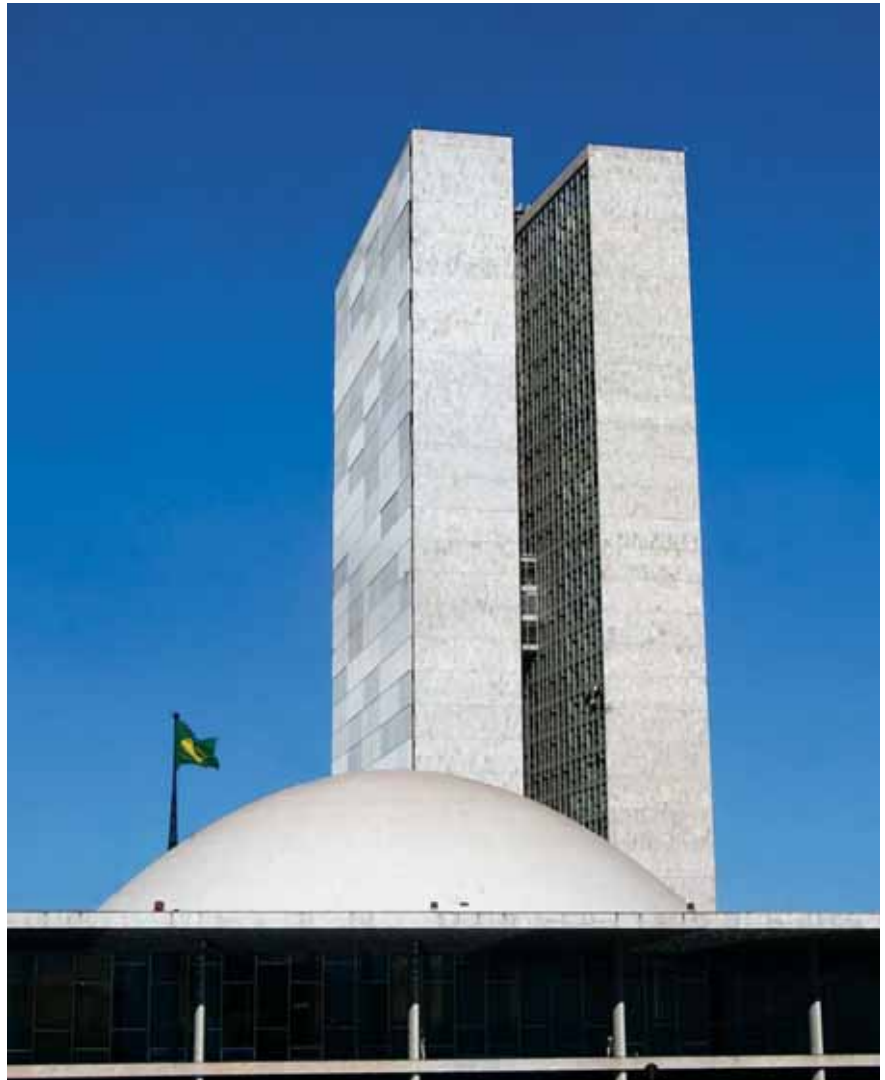
Na assinatura do convênio, Madruga ressaltou a importância da integração entre os servidores dos Legislativos, o que pode contribuir para o enriquecimento das discussões sobre questões que interessam ao país. Além dos cursos presenciais, estava prevista a realização de videoconferências e a transmissão dos cursos a distância. O convênio proporcionou a instalação do Canal ILB na Assembléia, no qual é apresentada diariamente aos servidores do Parlamento paulista, das 9 às 19 h, programação educativo-cultural, com palestras e seminários. O ILB também coloca à disposição do ILP produtos educativos e culturais feitos por sua Central de Vídeos, que podem ser apresentados na grade da TV Assembléia.

O protocolo de intenções permite que os servidores da Assembléia Legislativa tenham prioridade nos cursos a distância promovidos pelo ILB. Além disso, todos os cursos presenciais oferecidos pelo instituto aos servidores do Senado ficam à disposição dos servidores do Parlamento paulista.

Continuidade da parceria

De acordo com Madruga, é fundamental a participação da Assembleia Legislativa de São Paulo no convênio com o Senado Federal. A troca de experiências na área de capacitação e treinamento de servidores engrandece os recursos humanos do Poder Legislativo brasileiro, ele avalia.

Segundo Madruga, o ILB tem parceria com 18 estados. Quanto mais parceiros houver nesse projeto de educação no Legislativo, mais resultados positivos serão alcançados no aproveitamento dos talentos humanos, no interesse da população, avaliou. Madruga declarou ser importante a manutenção da parceria Senado/Assembleia, por meio de seus institutos (ILB/ILP). Para ele, os frutos têm se multiplicado em favor da capacitação dos servidores, aproveitando as experiências de cada Casa legislativa. Isso faz com que o trabalho do parlamentar tenha sua produtividade melhorada e a transparência das atividades se torne mais efetiva. ■



Senado Federal: a troca de experiências engrandece os recursos humanos do Poder Legislativo

Certificação digital

Assembléia Legislativa assina protocolo de intenções com a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico objetivando implantar projetos de certificação digital no Parlamento paulista



Assembléia e Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico assinam convênio para implantar certificação digital

A assinatura de protocolo de intenções entre a Assembléia Legislativa e a Câmara Brasileira do Comércio Eletrônico (Camara-e.net) para desenvolvimento no Legislativo paulista de um processo de certificação digital ocorreu em 1º de agosto de 2006. Estiveram presentes ao ato o presidente da Casa, Rodrigo Garcia, o 2º secretário, Geraldo Vinholi, e o presidente da Camara-e.net, Manoel Matos.

Durante a cerimônia, os representantes das instituições signatárias enfatizaram o pioneirismo do Legislativo paulista no campo da certificação digital ao assinar o documento, que prevê a criação de um plano diretor de certificação digital para a Assembléia objetivando o rápido atendimento das novas demandas geradas na sociedade pelo avanço tecnológico. Numa referência ao cumprimento dos deveres

tos pela população do Estado, o presidente Rodrigo Garcia disse que “a certificação digital que será estabelecida traduz dentro da Assembléia o que se pensa fora dela”. A intenção da Mesa Diretora ao assinar a parceria é, segundo Garcia, antecipar-se ao futuro para o qual caminha a sociedade. A possibilidade de uma eleição totalmente eletrônica e segura foi destacada por ele como parte dos avanços a serem alcançados pela era digital, muito embora tenha enfatizado que a presença dos eleitores no momento da votação ainda é fundamental.

O diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional da Assembléia, Celso Matsuda, esclareceu que o documento havia resultado das diretrizes adotadas pela Mesa Diretora para promoção da melhor qualidade dos serviços prestados à comunidade paulista pela instituição. “Através da assinatura desse documento, a Mesa Diretora estabelece convênio de cooperação técnica com a Camara-e.net para o desenvolvimento de um sistema de troca de informações em tempo real, com a segurança técnica e a validade jurídica necessárias. E contribui para a conscientização da importância desse sistema na desburocratização do Estado paulista”, disse.

Plano diretor

A criação de um plano específico a ser implantado pela Assembléia

para uso da certificação digital integra o documento de parceria assinado entre as duas instituições. Um comitê diretor criado para esse fim definirá a visão legislativa estratégica para o uso da certificação, no intuito de preparar o Estado com a infra-estrutura adequada ao desenvolvimento da utilização da internet com a garantia das normas legais pertinentes. A Camara-e.net participará da elaboração do plano fornecendo o apoio de sua experiência aos técnicos da Casa incumbidos da tarefa.

Os resultados esperados constituem fundamentalmente dois produtos: a difusão dos conceitos básicos da certificação e o Plano Diretor de Certificação Digital (PDCD) da Assembléia.

Matsuda destacou ainda a abrangência da elaboração do plano. A agilidade na troca de informações entre os legislativos com acesso à certificação digital pode ser somada à gama de benefícios possíveis. “O PDCD inclui o estudo de um programa para estabelecer a Rede Legislativa. À semelhança do que ocorre em âmbito federal com o Interlegis, a criação dessa rede permitirá a comunicação digital entre todas as câmaras municipais do Estado de São Paulo e a própria Casa”, informou.

Os benefícios do protocolo para a sociedade foram evidenciados pelo presidente da Camara-e.net, Manoel Matos. “Acreditamos que, hoje, o desenvolvimento das nações passa inegavelmente pelo de-

envolvimento da comunicação digital. Para atingir tal objetivo, o Brasil precisa desenvolver mecanismos de competitividade nacional nesse campo”, disse ele. E, referindo-se à assinatura do protocolo, acrescentou: “A Assembléia do Estado de São Paulo está mobilizada para contribuir com um corpo legislativo adequado à consecução desse objetivo nacional”.

Documento eletrônico

A exemplo do que já ocorre no Poder Executivo e em diversas outras instituições, como a Receita Federal, bancos e seguradoras, que, segundo a Camara-e.net, já adotaram a certificação, o processo trará ao Legislativo paulista a possibilidade de acatar documentos na forma eletrônica remetidos por outros poderes, entidades ou cidadãos.

A medida proporcionará o aprimoramento dos serviços prestados pela Assembléia aos parlamentares, servidores, sociedade e órgãos públicos em geral. Há ainda o interesse da Camara-e.net em difundir e estimular o uso de certificados digitais da ICP-Brasil como forma de garantir a identificação inequívoca das partes de uma comunicação eletrônica.

O benefício trazido pela certificação é possibilitar ao cidadão o acesso via internet a serviços que anteriormente não seriam acessíveis, justamente pelo fato de a rede não proporcionar a segurança desejada, como a consulta à base de dados da Receita Fe-

deral sobre informações do Imposto de Renda. Dessa forma, o uso de assinaturas digitais é extremamente importante, mesmo reconhecendo que o uso do papel para a emissão de documentos demorará a ser substituído.

A certificação digital é um documento eletrônico que tem como finalidade assegurar a identidade e as informações transmitidas por determinado usuário, podendo ser considerada uma “carteira de identidade para o mundo virtual”.

Quando se quer adquirir um bem, por exemplo, o estabelecimento comercial ou financeiro com o qual se realiza a transação solicita do comprador um documento de identificação, para garantir a legitimidade do processo. A certificação digital permite que o reconhecimento entre indivíduos ou instituições se dê eletronicamente.

Para obter uma assinatura digital é necessário procurar uma entidade denominada Autoridade Certificadora (AC). A AC tem a função de verificar a identidade de um usuário e associá-la a uma chave. Depois disso, as informações dessa pessoa ou instituição são inseridas em um documento, que vem a ser o certificado digital, contendo a chave pública do usuário e os dados necessários para informar sua identidade.

Início do projeto

Assim, o protocolo de intenções assinado entre a Assembléia e a Câmara Brasileira de Comércio Ele-

trônico visando criar o Plano de Diretor de Certificação Digital foi o primeiro passo desse processo. Devem ser definidas também as áreas-chave para o foco do planejamento estratégico, com validação das áreas com potencial já identificado – sistemas corporativos, infra-estrutura de tecnologia da informação, segurança da informação e interfaces entre a Assembléia e as entidades com que se relaciona: parlamentares, funcionários, público externo, fornecedores e outras instituições de governo. Definidas as áreas-chave, criaram-se grupos de trabalho para desenvolver planos para cada um dos segmentos.

Na finalização do plano estratégico foi prevista a compilação dos resultados dos trabalhos dos grupos, devendo sua revisão ser realizada pelos membros do comitê diretor.

Elaboração do plano

Segundo a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, os seguintes aspectos deverão ser considerados na elaboração do Plano Diretor de Certificação Digital:

- a) rápida difusão do acesso à internet em diferentes ambientes da sociedade;
- b) conexão rápida à internet (banda larga), com redução ou até eliminação das diferenças entre os tempos de resposta das conexões remotas e os das conexões locais;
- c) crescente utilização de dispositivos móveis, como *notebooks*, *palmtops* e telefones celulares com

capacidade de processamento e de acesso a dados;

d) comércio eletrônico, com fornecedores e prestadores de serviço que aderirem à conveniência de transações eletrônicas realizadas com segurança;

e) governo eletrônico, com órgãos governamentais das diversas esferas e cidadãos com expectativas de provimento e de acesso a serviços disponibilizados *on-line* com segurança;

f) aplicações multimídia, com a utilização de ferramentas padronizadas para uso de documentos eletrônicos, nos seus diferentes tipos;

g) cultura organizacional, com a incorporação da visão de uso da certificação digital, criando um movimento permanente e auto-sustentado para a evolução dos processos.

O resultado final será composto por dois produtos. O primeiro será a própria difusão dos conceitos básicos de certificação digital entre os gestores da Alesp e o pessoal diretamente envolvido com os sistemas de informação. Essa difusão será efetuada através de treinamento que aborde a certificação digital, suas aplicações e seus principais aspectos técnicos, de negócios e jurídicos, apresentando cenários de uso e casos de mercado. O segundo produto será o documento “Plano Diretor de Certificação Digital”, que conterá os cenários considerados para o uso da certificação digital. Tais cenários contemplarão as principais ati-

vidades do Parlamento, a segurança da informação e os recursos tecnológicos indicados, bem como a definição de tipos de certificado e de ferramenta a serem adotados, além de diretrizes para utilização da certificação digital em novas aplicações. Roberto Sturm, coordenador do projeto na Assembléia, informou que as áreas que receberiam em primeiro lugar a tecnologia da certificação digital (bem como o prazo para início de seu uso) seriam definidas a partir do plano diretor, mas a intenção é que a nova tecnologia beneficie tanto a área parlamentar como a administrativa.

“Nós já estamos estudando essa tecnologia desde agosto de 2004. Inclusive já temos o protótipo de um sistema para a área administrativa, mas decidimos contar com alguém de fora, com um conhecimento mais amplo do mercado, para nos ajudar nessa tarefa, que não é fácil. Além disso, é necessária uma resolução da Casa para que o recurso seja oficializado internamente.”

Conforme Sturm, o plano diretor também deve definir se a Assembléia se tornará uma autoridade certificadora ou de registro, mas ele acredita mais na segunda possibilidade. “Para a instalação de uma autoridade certificadora é preciso um grande investimento em tecnologia, e não acredito que esse seja o foco da Assembléia.” O coordenador explicou que hoje, no Estado, a autoridade certificadora é a Imprensa Oficial (Imesp), mas isso

não obriga o Legislativo a utilizar seus serviços.

Para explicar o que é uma autoridade de registro, Sturm a compara com um cartório de notas, que reconhece a firma de uma pessoa e faz a autenticação de uma cópia de documento.

Parceiros e tecnologia

No projeto viabilizado através de parceria entre Assembléia Legislativa e a Camara-e.net, cabe aos coordenadores responsáveis pela implementação, execução e acompanhamento das atividades decorrentes do referido protocolo disponibilizar infra-estrutura física e recursos humanos necessários à consecução dos objetivos nele previstos.

À autoridade certificadora, explica Sturm, cabe gerar o par de chaves que dá segurança ao sistema, seqüências de 128 caracteres. Enquanto a chave pública fica disponível no sistema, a chave privada fica com o usuário, gravada, por exemplo, em um *smart card*. “Com o uso de uma senha pessoal, o usuário acessa a chave privada, que cria um arquivo encriptado. Em um segundo momento, a autoridade certificadora abre o arquivo com a chave pública do usuário e, se não houver violações, emite o certificado.”

O coordenador do projeto explica ainda que o sistema é à prova de *hackers*, porque a chave privada não é enviada com o arquivo encriptado, sendo praticamente impossível fazer o caminho inverso: partir do arquivo encriptado

para chegar ao código que o gerou. “Há nos Estados Unidos um prêmio milionário para quem conseguir quebrar o código de 1.024 bits (8 vezes 128 caracteres), e quando isso acontecer pela primeira vez, é só implantar códigos de 2.048 bits.” ■

E-Legislativo

Projeto está sendo elaborado em conjunto com o Comitê do Portal, órgão formado por representantes de todos os departamentos da Assembléia Legislativa



Com base na transparência, interatividade e cidadania, o E-legislativo será um canal de consulta à população

Por determinação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, o Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional (Dido) está desenvolvendo um conceito de governo eletrônico chamado E-Legislativo, que, assim como o E-Governo, do Poder Executivo, utiliza a internet como nova forma de o poder se relacionar com a população.

O diretor do Dido, Celso Matsuda, explica que o E-Governo é um portal do Poder Executivo que oferece à comunidade prestação de serviços. “A população pode, por exemplo, obter alvarás, certidões e pagar taxas sem ter que se deslocar, ganhando em tempo e presteza.” O E-Legislativo será um portal da Assembléia mais amplo que o atual, cujo projeto está fixado em três vertentes: transparência, interatividade e cidadania.

Segundo Matsuda, o E-Legislativo “será um canal de consultas para ouvir a população”. “O novo portal disponibiliza dados importantes para os cidadãos”, diz o diretor. “Já podem ser acessados no portal informações sobre licita-

ções e contratos e os gastos de verbas dos gabinetes. Dessa forma, a população poderá acompanhar e fiscalizar as ações do Legislativo.”

Quanto à interatividade, as entidades que firmaram convênio com a Assembléia Legislativa podem apresentar sugestões sobre projetos. Entre elas estão a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaúde), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) e vários outros conselhos regionais de profissionais.

O E-Legislativo permitirá a participação da sociedade organizada e dos cidadãos na discussão e na elaboração de leis e a melhoria do relacionamento entre parlamentares e cidadãos, mediante a oferta de ferramentas mais interativas de comunicação, como o Módulo de Notificações do Sis-

tema do Processo Legislativo (SPL) e o Fórum de Debates.

O módulo comunica por e-mail a cada organismo parceiro da Assembleia a tramitação, passo a passo, dos projetos de interesse dessa entidade. Já o fórum permite à população apresentar sugestões, reclamações ou até mesmo emendas a projetos, que poderão ser aproveitadas por parlamentares.

Governo eletrônico: um novo paradigma de relacionamento com a população

A expansão do uso da banda larga no Brasil favorece o acesso virtual a vários conteúdos de multimídia – vídeo, áudio, *blogs*, *fotologs*, *sites* de relacionamento e comunicadores instantâneos. O setor público brasileiro tem buscado acompanhar a evolução da internet e retirar benefícios das ferramentas de comunicação que a rede oferece. Por isso, passou nos últimos anos a criar canais para se relacionar com os cidadãos, oferecendo serviços e informações oficiais.

O conceito de governo eletrônico e o uso da internet como paradigma de uma nova forma de relacionamento com a população têm norteado as ações estratégicas de vários órgãos públicos do país nos últimos anos. Uma das iniciativas de maior sucesso é a declaração do Imposto de Renda pela internet. Essa novidade entrou no ar em 1997 e, no ano seguinte, foi utilizada por cerca de 12,5 milhões de brasileiros. Em

2006, o número de contribuintes que utilizaram esse meio chegou a 21 milhões, o que representa 96% das declarações.

O que é governo eletrônico

Governo eletrônico é um conceito, ainda emergente, que abarca ações dos órgãos públicos com o objetivo de fornecer ou tornar disponíveis informações, serviços ou produtos aos cidadãos através de meio eletrônico, em qualquer momento e local, de modo a promover maior interação com todos os grupos de interesse envolvidos com a esfera pública.

As possibilidades abertas pelo governo eletrônico desenvolvem-se em pelo menos quatro perspectivas:

1. Perspectiva do cidadão visa oferecer serviços de utilidade pública ao cidadão contribuinte.
2. Perspectiva de processos – visa repensar o *modus operandi* dos processos produtivos ora existentes no governo, em suas várias esferas, tais como os processos de licitação para compras.
3. Perspectiva da cooperação – visa integrar os vários órgãos governamentais, e estes com outras organizações privadas e não governamentais, de modo que o processo decisório possa ser agilizado, sem perda de qualidade, evitando-se fragmentações, redundâncias etc. hoje existentes nas relações entre esses vários atores.
4. Perspectiva da gestão do conhecimento – visa permitir ao governo, em suas várias esferas, criar, gerenciar e disponibilizar em re-

positórios adequados o conhecimento tanto gerado quanto acumulado por seus vários órgãos.

Fornecimento de serviços eletrônicos

Atualmente, a maior parte dos esforços, dos recursos e da atenção política voltados ao governo eletrônico se concentra na oferta de serviços. Essa área envolve o fornecimento de serviços de utilidade pública para o contribuinte, assim como o relacionamento do governo com empresas que utilizam tecnologias da informação e de comunicação como propiciadoras.

Democracia eletrônica

Novas legislaturas, como as da Escócia e do País de Gales, estão usando sistemas de votação eletrônica nos seus parlamentos locais. Há ainda algumas experiências-piloto de consulta *on-line* aos cidadãos. O Brasil vem usando o *e-voting* já há algum tempo, o que enquadraria o país no conceito de democracia eletrônica.

E-governance

Uma área menos estudada de governo eletrônico está associada ao conceito de governança (o processo de tomada de decisões e de implementação ou não dessas decisões). Essa área inclui, portanto, o fornecimento de todo o suporte digital para elaboração de políticas públicas e para a tomada de decisões entre os vários gestores públicos de diferentes escalões.

Objetivos do E-Legislativo

A utilização do conceito de governo eletrônico pela Assembléia paulista tem o objetivo de estabelecer um novo relacionamento institucional com a população do Estado, perseguindo os seguintes valores:

- transparência;
- eficiência; e
- prestação de contas.

Diretrizes do E-Legislativo

- Promover a participação política dos cidadãos e da sociedade

organizada nos processos de discussão sobre a elaboração de leis e de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

- Melhorar o relacionamento dos deputados com os cidadãos, oferecendo ferramentas mais interativas de comunicação, tais como o Módulo de Notificações dos projetos de lei em tramitação e o Fórum de Debates, um canal de comunicação direta com os deputados.

- Legitimar e institucionalizar a representatividade do mandato parlamentar. ■



Matsuda, diretor do Departamento de Informática: "E-Legislativo será um canal de consultas para ouvir a população"



E-Legislativo: o conceito de governo eletrônico e o uso da internet como paradigma de uma nova forma de relacionamento com a população.

Transparência

Eficiência

Prestação de contas



O gestor dos protocolos

O ILP faz a interação entre as iniciativas oficiais e as demandas da sociedade civil organizada

“Coube ao Instituto do Legislativo Paulista (ILP) a tarefa de gerenciar a execução das atividades decorrentes da assinatura dos protocolos de intenções”, explica Rodrigo Oliveira. Ou seja, de “levar as propostas sugeridas pelas entidades parceiras para a decisão das devidas esferas de competência”, prossegue o coordenador dos protocolos de intenções da Assembléia Legislativa. Para Rodrigo Oliveira, os protocolos de intenções são um “importante instrumento de potencialização das relações institucionais da Assembléia Legislativa de São Paulo com as organizações do Estado e da sociedade civil”.

“Nesse sentido, eles agregam ao ILP significativas fontes de subsídios para ações do Poder Legislativo na área de políticas públicas.” O ILP é uma instituição auxiliar da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sua função é desenvolver programas de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Parlamento paulista; promover intercâmbios com organizações do Estado e da sociedade civil; e estimular pesquisas e debates para subsidiar os trabalhos parlamentares. Entre suas atribuições também está o apoio às lideranças sociais para acompanhar as atividades da Assembléia. Nesse sentido, funciona como

um instrumento de interação entre as iniciativas oficiais e as demandas da sociedade civil organizada.

O ILP investe na difusão de conhecimentos, permitindo à Assembléia não apenas acompanhar o processo de transformação da sociedade, mas tomar a frente das discussões dos temas sociais e políticos de interesse da população. Para isso, busca programar ações visando principalmente os seguintes objetivos:

- Desenvolver estudos temáticos como suporte técnico para os trabalhos parlamentares e para a ação legislativa.
- Implantar, mediante convênios com instituições universitárias, cursos de especialização nas áreas de atuação do Poder Legislativo, destinados à qualificação de servidores e profissionais dessas áreas.
- Realizar estudos, seminários, campanhas e debates para orientar a iniciativa popular e a legislação participativa.
- Promover atividades e debates sobre o Estado, o Poder Legislativo, ética, cidadania e projetos de desenvolvimento.
- Fornecer subsídios para ações do Poder Legislativo na área de políticas públicas. ■



Rodrigo Oliveira, coordenador dos protocolos de intenções

Estes são os deputados estaduais de São Paulo

deputado	partido	e-mail
Adilson Barroso	PSC	adilsonbarroso@al.sp.gov.br
Adilson Rossi	PTB	adilsonrossi@bol.com.br
Adriano Diogo	PT	adiogo@al.sp.gov.br
Afanasio Jazadji	PFL	deputadoafanasio@al.sp.gov.br
Afonso Lobato	PV	padreaonso@al.sp.gov.br
Alberto Turco Loco Hiar	PSDB	turcoloco@al.sp.gov.br
Aldo Demarchi	PFL	ademarchi@al.sp.gov.br
Ana do Carmo	PT	anadocarmopt@al.sp.gov.br
Ana Martins	PCdoB	amartins@al.sp.gov.br
Analice Fernandes	PSDB	afernandes@al.sp.gov.br
Antonio Mentor	PT	amentor@al.sp.gov.br
Antonio Salim Curiati	PP	scuriati@al.sp.gov.br
Arnaldo Jardim	PPS	ajardim@al.sp.gov.br
Arthur Alves Pinto	PL	aapinto@al.sp.gov.br
Baleia Rossi	PMDB	baleiarossi@al.sp.gov.br
Beth Sahão	PT	bsahao@al.sp.gov.br
Campos Machado	PTB	cmachado@al.sp.gov.br
Cândido Vaccarezza	PT	cvaccarezza@al.sp.gov.br
Carlinhos Almeida	PT	carlinhos@carlinhos.org
Carlos Neder	PT	carlosneder@al.sp.gov.br
Célia Leão	PSDB	cleao@al.sp.gov.br
Celino Cardoso	PSDB	ccardoso@al.sp.gov.br
Conte Lopes	PTB	clopes@al.sp.gov.br
Donisete Braga	PT	dpbraga@al.sp.gov.br
Duarte Nogueira	PSDB	duartenogueira@al.sp.gov.br
Edir Sales	PMDB	depedirsales@ig.com.br
Edmir Chedid	PFL	echedid@al.sp.gov.br
Edson Aparecido	PSDB	eaparecido@al.sp.gov.br
Edson Ferrarini	PTB	eferrarini@al.sp.gov.br
Edson Gomes	PP	egomes@al.sp.gov.br
Eli Corrêa Filho	PFL	ecorrea@al.sp.gov.br

deputado	partido	e-mail
Enio Tatto	PT	eniotatto@al.sp.gov.br
Fausto Figueira	PT	ffigueira@al.sp.gov.br
Geraldo "Bispo Gê" Tenuta	PFL	bispoge@al.sp.gov.br
Geraldo Lopes	PMDB	geraldolopes@al.sp.gov.br
Geraldo Vinholi	PDT	geraldovinholi@hotmail.com
Giba Marson	PV	gibamarson@al.sp.gov.br
Gilson de Souza	PFL	deputado@gilsondesouza.com.br
Hamilton Pereira	PT	hpereira@al.sp.gov.br
Havanir Nimitz	PSDB	havanir@al.sp.gov.br
Ítalo Cardoso	PT	italopt@uol.com.br
João Caraméz	PSDB	jcaramez@al.sp.gov.br
Jonas Donizette	PSB	jdonizette@al.sp.gov.br
Jorge Caruso	PMDB	jcaruso@al.sp.gov.br
José Bittencourt	PDT	jbittencourt@al.sp.gov.br
José Caldini Crespo	PFL	jccrespo@al.sp.gov.br
José Carlos Stangarlíni	PSDB	jcstangarlíni@al.sp.gov.br
José Dilson	PDT	jdilson@al.sp.gov.br
José Zico Prado	PT	gabinete@josezico.com.br
Luis Carlos Gondim	PPS	lcgondim@al.sp.gov.br
Marcelo Bueno	PTB	mbueno@al.sp.gov.br
Maria Almeida	PRB	madantas@al.sp.gov.br
Maria Lúcia Amary	PSDB	mlamary@al.sp.gov.br
Maria Lúcia Prandi	PT	mlprandi@al.sp.gov.br
Mário Reali	PT	mreali@al.sp.gov.br
Marquinho Tortorello	PPS	mtortorello@al.sp.gov.br
Mauro Bragato	PSDB	mbragato@al.sp.gov.br
Mauro Menuchi	PSB	mmenuchi@al.sp.gov.br
Milton Vieira	PFL	mvieira@al.sp.gov.br
Nivaldo Santana	PCdoB	gabinete@nivaldosantana.com.br
Orlando Morando	PSDB	omorando@al.sp.gov.br
Palmiro Mennucci	PPS	palmiro@al.sp.gov.br



deputado	partido	e-mail
Paulo Sergio	PV	psergio@al.sp.gov.br
Pedro Tobias	PSDB	ptobias@al.sp.gov.br
Rafael Silva	PDT	rsilva@al.sp.gov.br
Renato Simões	PT	rsimoes@al.sp.gov.br
Ricardo Castilho	PV	rcastilho@al.sp.gov.br
Ricardo Tripoli	PSDB	rtripoli@al.sp.gov.br
Roberto Alves	PTB	ralves@al.sp.gov.br
Roberto Engler	PSDB	rengler@al.sp.gov.br
Roberto Felício	PT	rfelicio@al.sp.gov.br
Roberto Moraes	PPS	rmoraes@al.sp.gov.br
Rodolfo Costa e Silva	PSDB	rcsilva@al.sp.gov.br
Rodrigo Garcia	PFL	rgarcia@al.sp.gov.br
Rogério Nogueira	PDT	rnogueira@al.sp.gov.br
Romeu Tuma	PMDB	rtuma@al.sp.gov.br
Roque Barbieri	PSDB	rbarbieri@al.sp.gov.br
Rosmary Corrêa	PSDB	delrose@al.sp.gov.br
Said Mourad	PSC	saidmourad@al.sp.gov.br
Sebastião Almeida	PT	salmeida@al.sp.gov.br
Sebastião Archanjo	PT	tiaopt@uol.com.br
Sidney Beraldo	PSDB	sberaldo@al.sp.gov.br
Simão Pedro	PT	spedro@al.sp.gov.br
Souza Santos	PL	ssantos@al.sp.gov.br
Tiãozinho da Farmácia	PV	tiozinho@al.sp.gov.br
Valdomiro Lopes	PSB	vlopes@al.sp.gov.br
Vanderlei Macris	PSDB	vmacris@vanderleimacris.com
Vanderlei Siraque	PT	vsiraque@al.sp.gov.br
Vaz de Lima	PSDB	vlima@al.sp.gov.br
Vicente Cândido	PT	vcandido@al.sp.gov.br
Vinicius Camarinha	PSB	vcamarinha@al.sp.gov.br
Wagner Salustiano	PSDB	wsalustiano@al.sp.gov.br
Waldir Agnello	PTB	wagnello@al.sp.gov.br
Zuza Abdul Massih	PDT	zmassih@al.sp.gov.br

Parlamento Paulista é uma publicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Secretário Geral Parlamentar
Marco Antonio Hatem Beneton

Diretor do Departamento de Comissões
José Carlos Borges

Diretor do Departamento de Comunicação
Guilherme Wendel de Magalhães

Diretor do Departamento Parlamentar
João de Jesus Angelo

Diretora do Departamento de Documentação e Informação
Ligia Maria Tonioli Mazziotti

Secretário Geral de Administração
Benedito Dantas Chiaradia

Diretor do Departamento de Finanças
Aparecido Manoel Pereira dos Santos

Diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional
Celso Toshito Matsuda

Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Maurício da Rocha Ferraz Pereira

Diretor do Departamento de Serviços Gerais
Dagoberto Gonçalves

Procurador-chefe
Maurílio Maldonado

Diretor da Divisão de Imprensa
Henrique Silveira Neves

Edição:
Marcos Luiz Fernandes
Vagner Pelosini

Apuração, redação e revisão:
Blanca Camargo
Celina Castro
Daniela C. Barros Afonso
Dimar Silva de Deus
Elias de Lucena
Encarnación L. Lemonche
Fabiano Ciambra
Fernando Duarte Caldas
Josué Rocha
Luciana Machado Podiesi
Luis Augusto de Arruda
Luis Galvão de França
Maria Aparecida G. Heleno
Maria Célia Valente
Maria de Oliveira dos Santos
Maria Elizabeth Avellar
Marisa Mello
Mariza A. A. Paulicek
Oriana Lidia Tossani
Paulo Meirelles
Sandra Regina Machieski
Vera Heloisa Boldrini

Fotografia:
José Antônio Teixeira
Marco Antônio Cardelino
Maurício Garcia de Souza
Roberto Navarro

Projeto gráfico:
Reciclamaís Publicações Técnicas Ltda.

Pré-diagramação:
Patrícia Yamamoto

Editoração, impressão e acabamento:
Prof Editora Gráfica Ltda.

Nota: Informações sobre as entidades que constam desta publicação foram extraídas dos respectivos sites na internet.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão



**O Poder do Cidadão
também na internet**

www.al.sp.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão